

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
INSTITUTO DO ESTUDOS ESTRATÉGICOS – INEST
PÓS GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ESTUDOS ESTRATÉGICOS

O investimento brasileiro em Defesa no pós Guerra Fria

NAASSOM RODRIGUES NERES DE OLIVEIRA

Niterói
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
INSTITUTO DO ESTUDOS ESTRATÉGICOS – INEST
PÓS GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ESTUDOS ESTRATÉGICOS

O investimento brasileiro em Defesa no Pós Guerra Fria

Autor: Naassom Rodrigues Neres de Oliveira.

Monografia de curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais e Estudos Estratégicos, como requisito parcial para conclusão do curso.

Orientador: Dr. Eduardo Heleno de Jesus Santos



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS



Titulo do Trabalho: O investimento brasileiro em Defesa no Pós Guerra Fria
Aluno: Naassom Rodrigues Neres de Oliveira
Semestre Letivo: 01/2019

Aprovada em de de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Heleno de Jesus Santos – UFF
Orientador (Avaliador 1)

Prof. Dr. Bruno Pessoa Villela - UFF
(Avaliador 2)

Notas dos Avaliadores	
Avaliador 01	
Avaliador 02	
Nota Final	

Niterói
2019

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Todo-Poderoso pelo dom da vida e pelo seu eterno cuidado.

Ao Dr. Eduardo Heleno pelas orientações cirúrgicas e valiosas que, em meio a tempestade, serviram de bússola para este humilde marinheiro. Sua dedicação foi *sine qua non* para a conclusão deste trabalho e conseqüente aprovação no Curso de Aperfeiçoamento Avançado para Fuzileiros Navais 2019.

A minha linda esposa Karin Rozendo Neres, fonte do meu respirar diário.

Aos meus pais João e Márcia, minha inspiração eterna.

Ao meu irmão Naum, pela torcida ininterrupta.

Aos meus sogros Valmir e Cláudia, pelo cuidado dispensado nesse ano.

“Igitur qui desiderat pacem, preparat bellum”

Vegécio

“O Preço da Liberdade é a eterna vigilância”

Thomas Jeferson

RESUMO

O presente estudo visa a analisar o investimento direcionado a Defesa no Brasil, no que se refere à sua evolução e às suas perspectivas, focado no período pós Guerra-Fria até os dias atuais. Estuda, comparativamente, os orçamentos de Defesa do Brasil. Inclui, ao longo do trabalho, a análise relativa ao histórico de formação, o comparativo com seu entorno estratégico mais próximo (América do Sul) e questionando sua liderança regional.

Palavras-chaves: Formação do Brasil. América do Sul. Brasil. Defesa. Orçamento. Estratégia Nacional de Defesa.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the defense-oriented investment in Brazil, regarding its evolution and perspectives, focused on the post-Cold War period up to the present day. It covers the period from the end of the Cold War, through 1999, the year of the creation of the Ministry of Defense, until 2019. It comparatively studies the defense budgets of Brazil and some South American countries and other powers of the international board. It includes, throughout the work, the analysis of the formation history, the comparison with its closest strategic environment (South America).

Keywords: Formation of Brazil. South America. Brazil. Defense. Budget. National Defense Strategy.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Comparativo SIPRI - Investimento em Defesa.....	25
Tabela 2 – Top 12 Investimento em Defesa no mundo	25
Tabela 3 – Gastos por órgão % destinados gastos do governo	35
Gráfico 1 – Percentual PIB direcionado a Defesa	35
Gráfico 2 – Riquezas minerais da America do Sul	25
Gráfico 3 - % PIB Brasil 2008 a 2016	48
Gráfico 4 – Percentual dos gastos de Defesa (Pessoal)	49

LISTA DE ABREVIATURAS

EB	Exército Brasileiro
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
LBND	Livro Branco Nacional de Defesa
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
BRICS	Aliança Econômica entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas.
MERCOSU	Mercado Comum do Sul
L	

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	FLORÃO DA AMÉRICA	11
2.1	Hegemonia dos EUA	11
2.2	Postura pós Guerra Fria	12
2.3	Alianças e Alinhamentos	14
3	COLOSSO SUL-AMERICANO	20
3.1	As Forças Armadas do Brasil e da America do Sul	26
3.2	Integração Regional no pós Guerra Fria	30
4	INVESTIMENTO EM DEFESA	36
4.1	Economia e Defesa	36
4.2	Defesa – Militar + Ciência e Tecnologia + Pesquisa e Desenvolvimento	37
4.3	A questão da Amazônia – SIVAM / SIPAM	39
4.4	Miséria e Narcotráfico – Como justificar os investimentos em Defesa	43
4.5	Projetos em andamento	46
5	CONCLUSÃO.....	50
	REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

A análise do investimento em Defesa no pós Guerra Fria ganha uma importância quase que vital para a nação brasileira. Para que se entenda em que patamar o Brasil encontrava-se antes do conflito leste-oeste, o que fora feito no âmbito interno e externo nos anos 1990 e 2000 até o dias atuais, faz-se necessário examinar os vizinhos e o entorno estratégico mais próximo, além, também, dos avanços na área de defesa, mediante a imensidão territorial que o país possui e a importância das influências brasileiras no aspecto econômico e no tabuleiro internacional.

Para tal, no capítulo 2, pretende-se indagar o Brasil como o Florão da América, ao lidar com o assunto defesa, no pós-Guerra Fria. Busca também verificar como a hegemonia dos EUA nas Américas afetou a política externa brasileira e a sua definição de segurança. Qual postura imediata, que os EUA e as nações vizinhas (entorno estratégico brasileiro mais próximo) adotaram no pós Guerra Fria. Portanto, destacam-se alinhamentos e alianças assinadas pelo Brasil ou que influenciaram, direta ou indiretamente, a nação brasileira. Os processos de integração regional capitaneados pelo Colosso sul-americano.

Já no capítulo 3, para entender a relevância do estudo acerca do assunto defesa, é preciso entender a imensidão brasileira e o quanto de riqueza precisa ser explorada, defendida e protegida. Nesse contexto, também pesquisar sobre o que mudou nas Forças Armadas, no Período em questão; como os mecanismos, acordos e pactos de integração regional influenciaram na postura brasileira; averiguar a sua política externa, bem como o quanto a sua defesa foi afetada por eles.

E, por fim, no capítulo 4, analisar os números destinados à Defesa(como se deu a evolução dos gastos em cada governo, dando ênfase aos números investidos nas Forças Armadas, Ciência e Tecnologia e Pesquisa e Desenvolvimento - pilares da defesa de um país.

Além, também, de estudar como justificar todo esse investimento em defesa para a sociedade civil, em detrimento de outras “guerras” que o Brasil travava internamente, como fome, narcotráfico, educação decadente, etc.

E, finalmente, uma conclusão detalhada de todo esse estudo.

2 FLORÃO DA AMÉRICA?

Esse capítulo visa a analisar a evolução do relacionamento entre Brasil e seus vizinhos, sejam eles fronteiriços ou não, membros da América do Sul. Para, através dessa ótica, discorrer sobre o quanto o Brasil tem dedicado ao assunto Defesa, em comparação ao seu entorno estratégico mais próximo (América do Sul)

Naturalmente, para tal, quando se fala de liderança de uma parte das Américas, é impossível não se deparar com os EUA. O que ele pensa sobre essa liderança e quais são suas ações diplomáticas e históricas diante do dito “Florão da América”.

E, por fim, examinar o quanto o Brasil investe em Defesa, à luz da comparação do quanto investem seus vizinhos (entorno estratégico mais próximo)? O quanto o Brasil investe em Defesa, à luz do que os EUA impõem, quando refere-se a sua liderança regional? Quais são os embargos políticos e diplomáticos impostos pelos EUA e os países centrais? Até que ponto a liderança regional do Brasil está atrelada a sua força no campo da Defesa?

Para responder esses questionamentos, pretende-se iniciar o estudo com a análise da hegemonia dos EUA na América do Sul, antes dos anos 1990 e 2000 (pós Guerra Fria).

2.1 Hegemonia dos EUA

As contradições entre os dois pólos da América é uma tendência histórica e atual. O filósofo alemão, George W. Hegel, ainda em 1830, apontava que a América, “terra do futuro”, teria no futuro “algo assim como uma contenda entre a do Norte e a América do Sul, momento no qual a importância da História Universal deverá se manifestar”. (CARMONA, 2012) Henry Kissinger em seu *Does América Need a Diplomacy?*, de 2001, referindo-se a contradição entre Nafta e Mercosul, “afirmou o perigo que representa a tendência da América Latina de se integrar de modo autônomo e assim, de forma hostil a uma ampla estrutura hemisférica”. Dizia o estrategista e ex-secretário de Estado que a “América do Sul buscava definir uma identidade própria, o que estava gerando uma potencial contenda entre Brasil e os Estados Unidos sobre o futuro do Cone Sul” (CARMONA, 2012, p. 139)¹

¹ *Apud* Moniz Bandeira (2008), p. 07, 14 e 15.

No pós-2ª Guerra Mundial, o alinhamento dos países do mundo, que não pertencentes à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ou os próprios EUA, tinham, naturalmente, de se alinhar a um dos lados. O cenário era de um mundo bipolar que castrava qualquer pensamento de grandeza por nações periféricas, por assim dizer, que tentassem questionar a hegemonia dessas duas potências globais.

E essa realidade se mantém até o fim da Guerra-Fria. O mundo deixa de ser bipolar e passa a ser o que os estudiosos vão chamar de Multipolar.

2.2 Postura pós Guerra-Fria

Ainda a respeito da postura dos EUA, Carmona (2012, p. 147) afirma que a busca estadunidense por igualar, estrategicamente, a América Latina, estabeleceu-se a partir de um discurso securitizador, após o fim do conflito Leste-Oeste, com o foco prioritário em deixar as Forças Armadas da região ocupadas com questões internas relacionadas ao tráfico ilícito de drogas, a problemas de segurança pública, apoio a catástrofes naturais e o combate ao crime organizado internacional.

A geopolítica da América acaba sendo motivadora dos estudos, discussões e conclusões sobre seus membros. E a liderança regional também passa a ser discutida com base nesses estudos geopolíticos. A determinação de quem será o grande líder desse rico e estratégico continente será balizada pelos mais variados tipos de estudos de poder e vertentes da sua definição.

A geógrafa Berta Becker vai afirmar o seguinte:

Apoiada nos princípios do paradigma do realismo político, a geopolítica reforça a tradição político-geográfica dos estudos focados no Estado. Mais do que isto, de fato, os estudos geopolíticos clássicos reconhecem o Estado como o único protagonista das relações internacionais, depreendendo-se desse reconhecimento à idéia de que o Estado é a única fonte de poder". Segundo Becker, a máxima de Ratzel – "espaço é poder" – "abre um fértil caminho para análises que vinculassem as ações do Estado com a organização do espaço (BECKER, 2010, p. 147,148).

Berta Becker também define, analisando a geopolítica envolvida nessa discussão, uma estreita aproximação entre as escolas realistas e a geopolítica. Já que para ela: "o realismo é o balizador da geopolítica clássica". (BECKER, 2010, p. 148)

Para reforçar esse estudo, cabe salientar as palavras de Wegert (1942).

Não existe algo como uma ciência geral de geopolítica, que possa ser subscrita por todas organizações estatais. Há tantas geopolíticas quantos os sistemas estatais em luta sob condições geográficas, as quais, no caso do poder marítimo e do poder terrestre são fundamentalmente diferentes. Há uma “Geopolitik”, uma “geopolitique”[...] Cada nação tem a geopolítica que pretende [...] (WEGERT, Hans W. 1942 p. 22-23)

Numa análise mais recente, principalmente no pós-Guerra Fria, nota-se a ascensão de grandes países em desenvolvimento, como a Índia, Brasil e, sobretudo a China.

Nesse contexto, Carmona (2012, p. 86) salienta a “crise da unipolaridade norte-americana”.

Numa visão realista dos fatos e acontecimentos, não restariam dúvidas a respeito da manutenção do status norte-americano de superpotência nos campos econômico, militar e cultural.

Contudo, nesse mesmo contexto, no qual nasce a multipolaridade, cresce também a tendência à regionalização e à formação de grandes blocos territoriais, implicando no nascimento de novos pólos de poder na Arena Internacional.

E, a respeito desse surgimento de novos pólos de poder no cenário global, Carmona (2012) ainda finaliza, destacando que:

dentre outros exemplos, na América Latina destacam-se instrumentos como o Mercosul, a Unasul (União das Nações Sul-americanas), a CALC (Cúpula América Latina e Caribe) e a ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas); organizações como o G-20 liderado pelo Brasil no âmbito da OMC e o G-5 representando os países em desenvolvimento nos debates com o G-8; o IBAS, fórum trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul; a Organização de Cooperação de Xangai na Ásia Central; o mecanismo de consulta trilateral entre China, Índia e Rússia na Ásia; a Cúpula de Chefes de Estado dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, na ordem da sigla em inglês); as Cúpulas de Chefes de Estado entre a América do Sul e os Países Árabes (ASPA) e entre a América do Sul e a África. (CARMONA, 2012. p. 87)

Aqui cabe questionamentos como: até que ponto o alinhamento do Brasil e dependência que ele tem dos EUA ajuda? O Brasil, como líder do Sul, seria visto com bons olhos pelos EUA e pelos países centrais? Um investimento mais acentuado na Defesa brasileira passaria fora do radar dos países vizinhos? Ficaria fora do radar dos EUA? Até que ponto o Brasil fica estrategicamente vulnerável num alinhamento automático aos EUA?

2.3 Alianças e Alinhamentos

Quando se analisa o fim da década de 80, contexto no qual a Guerra Fria caminha para o seu fim, na mencionada transição de um mundo Bipolar para um multipolar, percebe-se que as relações com os EUA passaram a ser questionadas como um possível empecilho à projeção internacional brasileira.

Nesse mesmo contexto, Vedovato (2014, p. 144) salienta a postura do Brasil ao se aproximar do seu entorno estratégico mais próximo, onde se destacam as articulações e alinhamentos com a Argentina. O Brasil busca impulsionar os alinhamentos entre os estados da América do Sul, fomenta projetos de integração e cooperação, mesmo que ainda de forma bilateral.

A partir de então, a política externa brasileira vai ter como um dos pontos principais, a América do Sul, que se torna, como muito bem definiu Hakim (2010), uma “âncora” na política externa brasileira. A construção dessa influência regional visava não somente o fortalecimento do Brasil como um grande líder e vestir o papel de integrador da América do Sul, mas para servir de trampolim e colaborar para a sua inserção internacional.

Influência regional e lançamento ao cenário internacional destacado por Vedotato (2014), ao concluir:

É a partir dessa lógica que o Brasil consolida como pauta de destaque em sua política externa o processo de integração e passa a ampliar seu papel tanto no cenário internacional como regional, conforme Hakim (2010), ao passar a ser reconhecido pelos demais governos sul-americanos como um líder continental (Vedovato; Pinto; Freitas, 2014, p. 10).

O Brasil, nesse contexto, coloca como prioridade “número um” em sua agenda política a pauta de integração regional. Em prol de seu protagonismo na região sul-americana, o país agiu com a finalidade de fortalecer as relações diplomáticas, econômicas e políticas, se aproximando, assim, de aliados, com o intuito maior de se projetar internacionalmente. (VEDOVATO, 2014, p. 144)

Num primeiro momento, em 1991, é assinado, a partir do Tratado de Assunção, o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Tratado firmado entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, o Mercosul forma-se sob o anseio desses países em

“acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social”, pauta destacada e expressa no Tratado de Assunção. (VEDOVATO, 2014, p. 144)

Mais tarde, a iniciativa de integração regional que mais trouxe consigo uma proposta de inovação para a região foi a formação da União de Nações Sul-Americanas, constituindo-se em inúmeros desafios para os seus membros, como a própria constituição da UNASUL e Barnabé (2011) vão destacar:

determinação de construir uma identidade e cidadania sul-americanas e desenvolver um espaço regional integrado no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, energético e de infraestrutura, para contribuir para o fortalecimento da unidade da América Latina e Caribe [...] (Brasil, 2012: s/p).

diferente dos outros blocos de integração existentes na região, a Unasul apresentou-se como uma alternativa ao processo de integração, não focando-se estritamente às transações comerciais, mas sim dando destaque aos aspectos sociais e políticos, ampliando a integração e cooperação para além do viés econômico (Barnabé, 2011).

Através das estratégias de integração regional, o Brasil vai ter a sua influência e atuação no que Joseph Nye define como *smart-power*. Nesse âmbito de construção do poder, o país adapta seu comportamento no intuito de equilibrar os objetivos políticos, econômicos e militares, o que se constitui em uma importante maneira de se conseguir influência e relevância no cenário regional ou global. (PINTO, 2014, p. 10).

Nesse contexto, cabe um estudo mais aprofundado de um tema amplamente discutido nas Relações Internacionais, qual seja: Poder no Sistema Internacional. O que é poder?²

Robert Dahl (2001) define como a habilidade de levar alguém a fazer algo que, por outros meios, não seria feito. Na mesma linha de raciocínio, Aron (2002) descreve o poder como a capacidade de impôr sua vontade.

Já o realista Edward Carr (2001), divide o poder internacional em 3 vertentes: o poder econômico, o militar e o sobre a opinião. Mesma linha de raciocínio que

² A APLICAÇÃO DO CONCEITO DE PODER BRANDO (*SOFT POWER*) NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA – Ronaldo Guimarães Gualdi (2006). Dissertação de Mestrado no Curso de Administração Pública (FGV).

Joseph Nye traz a definição de *Soft Power* ou Poder Brando. Não um “poder brando” com viés de manipulação, que autores realistas, como Henry Kissinger (1998), que coloca como moeda de poder político a opinião pública, contudo, o poder brando, para Nye (2002), vai ser inserida como pauta da agenda política internacional.

O ex-conselheiro da secretaria de Defesa dos EUA, Joseph Nye, que cunha o termo de sua autoria “*Soft Power*”, traduzido como “Poder Brando”, que ganha expressão e vulto, principalmente após os atentados de 11 de setembro de 2001, traz à tona a discussão dessa nova modalidade de poder.

À luz dos escritos de Nye (2002), percebe-se que, após à Guerra Fria, os americanos se deparam com um mundo totalmente distinto, onde a sua hegemonia já não é tão clara como anteriormente. Nitidamente, a definição de poder muda na política internacional.

Num contexto de 2ª GM, o poder, claramente, é associado à questão militar. A capacidade/habilidade para fazer com que o outro faça aquilo que ele não faria, se valendo, nesse caso, do poder militar.

Da mesma forma, para Paul Kennedy (2000), o poder está intimamente atrelado ao poder militar – discussão que é trazida em seu livro “Ascensão e Queda das Grandes Potências”.

A força para fazer guerra era o que definia as grandes potências. Já no pós-Guerra Fria, a ênfase na conquista e no uso da força militar decresce. Os recursos de poder ganham outras faces, como as vertentes econômica, a vertente do desenvolvimento científico, a vertente cultural e a ideológica. O poder também se amplia para outras áreas de atuação, como afirma Nye (2002): “a prova de poder não reside em recursos, mas na capacidade para mudar o comportamento dos estados”.

Com isso, o temor norte-americano não é perder sua liderança mundial, tendo em vista sua ampla atuação e força em todas as vertentes supracitadas, mas sim a incerteza se ele será capaz de controlar o ambiente político-internacional e continuar corroborando para que outros atores façam o que os EUA querem. (NYE, 1990, p. 154)

O poder na política tem uma natureza extremamente mutável. Entender que o tradicional uso das forças militares possui limitações, e compreender que ele consegue atuar só até certo ponto é fundamental.

Num mundo interdependente, conectado pela internet, onde um acontecimento lá extremo oriente influencia na economia, decisões e opiniões aqui, no extremo ocidente. Nitidamente, esses avanços contribuem para que o uso isolado da força militar se torne mais caro.

Surgiram também, nesse mesmo contexto, outros atores políticos mundiais – grupos, corporações multinacionais, empresas de atuação global, instituições que, no sentido restrito da palavra, possuem mais poder que alguns estados. Primeiro, no aspecto econômico, no qual determinadas empresas movimentam bilhões em faturamento, superando o Produto Interno Bruto (PIB) de determinadas nações. (NYE, 1990, p. 156).

Os avanços tecnológicos implicam na mudança de definição de poder. Coisas que demoravam dias, hoje podem ser realizadas em poucos minutos. Transações que duravam horas, tornaram-se praticamente instantâneas. Quem obtém as informações primeiro, pode mudar o contexto do embate. Quem toma a decisão primeiro, pode obter vantagens monstruosas em cima de quem teve acesso às informações de forma tardia, ou sobre quem sequer teve acesso a elas. Exatamente como afirma Nye: “O poder está passando do “rico em capital” para o “rico em informação” (NYE, 1990, p. 161).

O poder passa a residir com quem detém a “coesão nacional, cultura universalista e instituições internacionais” (NYE, 1990, p. 161).

Logo, o foco não é extinguir a preocupação tradicional com as forças militares, mas entender as fragilidades que esse modelo tem, além de adotar uma postura menos coercitiva focada num poder mais intangível.

Olhando para o Brasil, o *soft power* seria traduzido em alguns aspectos, segundo Nye (2002), quais sejam:

O aspecto cultural. Na maioria das vezes, as pessoas tentam definir poder como algo tangível e, basicamente, como sinônimo de recursos que produzem ou possibilitam produzir um resultado desejado. Contudo, nem sempre os mais bem providos de recursos de poder conseguem os resultados preferidos. Através da cultura, um estado pode exercer influência sobre outro estado, seja de maneira positiva ou negativamente. A cultura vai atuar no âmbito do convencimento, da busca por ser igual, no desejo de possuir o mesmo – membros da população de um estado ávidos por viverem culturalmente como um outro estado vive.

Desta forma, as definições de Joseph Nye, que afirmam que, para que haja poder, este precisa ser percebido pelas outras partes, e, desta forma, efetivamente, gerar um recurso de poder que consegue alcançar os resultados preferidos, tais recursos, já explanados anteriormente. Num mundo com vistas às novas ameaças, absurdamente globalizado, além das novas questões que se propõem, tais como meio ambiente e direitos humanos. A partir daí, pode-se perceber qual jogo estão jogando e, desta maneira, concluir que “a guerra não é o árbitro final” (NYE, 2012, p.30)

A capacidade que o Brasil detém de fomentar no outro o desejo pelo mesmo e a habilidade de se conseguir impôr algo que alguém nem queria, mas aceita, por admirar ou respeitar a cultura brasileira.

Imerso neste contexto, introduzido por Nye em seu livro o “O futuro do Poder” (2012), no qual os Estados devem buscar conhecer quais são seus recursos, que têm potencial de gerar poder. Perceber a conjuntura na qual estão inseridos e, a partir daí, cada um, formular sua estratégia de conversão, para, assim, alcançar os resultados desejados. Desta maneira, cada um deve se importar, principalmente, com os resultados, e não com os recursos, estes podem ser de “*Soft Power*” ou “*Hard Power*”. Contudo, de toda as estratégias que relacionam os meios aos fins e combinam ambas as faces do poder em contextos distintos são a chave para consecução do poder inteligente. (NYE, 2012, p.32)

Além da cultura, segundo Nye, “o poder brando de um país se baseia pesadamente em três recursos básicos: “sua cultura (em locais em que ela é atrativa), seus valores políticos (...) e suas políticas externas.” (NYE, 2012, p.119). Portanto, vale ressaltar que a cultura é, sem dúvida, um dos recursos mais importantes e valiosos da sociedade brasileira e que deve ser explorada, em contextos específicos, de maneira tal que produza os resultados almejados.

Essas categorias estão totalmente interligadas. E o poder brando, num mundo interligado pelas redes sociais, sem fronteiras, por meio da internet, mundo no qual a opinião pública tem um peso tremendo, Nye é cirúrgico ao afirmar: “Se eu conseguir levá-lo a querer fazer o que eu quero, não precisarei obrigá-lo a fazer o que você não quer.” (NYE, 2002, p. 37).

Já o *Hard Power* se apresenta de maneira mais concreta, podendo ser dividido em duas linhas: a esfera militar e a esfera econômica.

A esfera militar, que vai além de conflitos armados, pode se valer da coerção, dissuasão, ameaça. Nye (2002) destaca, por exemplo, os desfiles militares em

grandes avenidas, praticados por algumas nações, como forma de *hard power* também, mostrando, assim, aos demais atores internacionais o seu poderio, com a finalidade de se impôr, ou apenas para mostrar a capacidade de se defender ou com o objetivo de se conseguir alianças estratégicas (NYE, 2002, p. 31).

E a esfera econômica, muito bem definida por Martinelli (2006):

“A relação do *Hard Power* com a vertente econômica gira em torno do potencial econômico de um ator e da capacidade de articulação de temas ligados à economia (...) que vai além do volume econômico em si como é caso do PIB” (MARTINELLI, 2016, p.5)

A partir dessa conclusão e postura, Nye (2004) afirma que os Estados bem sucedidos são os que conseguem equilibrar adequadamente a coerção, quando necessária e inevitável, e a capacidade de se alinhar através do convencimento brando e da imposição *soft* do poder. E este equilíbrio virtuoso é definido como *Smart Power*.

3 O COLOSSO SUL-AMERICANO

O Brasil, num contexto pós-Guerra Fria vai se encaixar na nomenclatura de Potência Média recém industrializada, status que carrega até os dias atuais. Para Langer (2012), na história sul-americana, não se vê algum Estado disputar espaço e a hegemonia contra as grandes potências globais.

Quando se fala de faixa continental, o território brasileiro possui de 8.515 km² (classificando-se como 5º maior do mundo), abrangendo, assim, cerca de 47% da faixa territorial sul-americana. A faixa fronteiras, possuem a dimensão de 15.719 km, constituindo-se a 3ª maior do mundo, na mesma linha que coloca o Brasil como 3º maior país em número de países vizinhos no mundo (o Brasil faz fronteiras com 10 países), nesse quesito fica somente atrás de Rússia e China, que possuem 14 vizinhos fronteiriços cada.

O Brasil, no que tange a sua faixa marítima, detém os seguintes números. Possui 7.491 km de faixa litorânea que coloca o Brasil como o possuidor do maior território marítimo do Atlântico Sul. Dessa forma, a maritimidade brasileira se dá, principalmente, pela imensa faixa no mar na qual a projeção litorânea no Atlântico

permite a soberania brasileira, pelo que versa as diretrizes da Convenção dos Direitos do Mar.³

Como é destacado pela Marinha do Brasil (2012):

hoje, os espaços marítimos brasileiros atingem aproximadamente 3,5 milhões de km². O Brasil está pleiteando, junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), a extensão dos limites de sua Plataforma Continental, além das 200 milhas náuticas (370 km), correspondente a uma área de 963 mil km². Após serem aceitas as recomendações da CLPC pelo Brasil, os espaços marítimos brasileiros poderão atingir aproximadamente 4,5 milhões de km². Uma área maior do que a Amazônia verde. Uma outra Amazônia em pleno mar, assim chamada, não por sua localização geográfica, mas pelos seus incomensuráveis recursos naturais e grandes dimensões. (BRASIL, 2012, s/p).

Um verdadeiro “gigante pela própria natureza”, como nomeia o Hino Nacional.

Além de sua imensidão territorial e marítima, o Brasil é detentor de inúmeras fontes energéticas, com destaque para o bem cobiçado e fonte de guerras no ao longo de anos – o petróleo. “O país possui excepcional potencialidade de produção de petróleo, sobretudo com as recentes reserva do Pré-Sal. Com estas, o Brasil passará a ser o 6º maior produtor de petróleo em 2030, com 3,4 milhões de barris diários.” (CARMONA, 2012, p. 135)

Sem falar das vastas reservas de gás, algumas oriundas da extração de todo petróleo mencionado acima. A Agencia Nacional de Petróleo (ANP) por meio de levantamentos recentes, estimando a existência de outras reservas, independentes do petróleo. Essas reservas são suficientes para multiplicar em quatro vezes a oferta e produção atual de gás, o que, nos próximo anos tornaria o Brasil independente do gás boliviano.⁴

Quanto ao assunto tangente às fontes de energias, o Brasil tem como principal a Hidrelétrica. E, embora a sua tamanha relevância e colossal capacidade, expressiva parte dela encontra-se inexplorada. O país tem potentes usinas, como a do Rio Madeira, de Belo Monte, e do Rio Tapajós, que, se aproveitadas de forma

³ Ronaldo Gomes CARMONA, 2012, p. 108. **GEOPOLÍTICA CLÁSSICA E GEOPOLÍTICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: MAHAN, MACKINDER e a “grande estratégia” do Brasil para o século XXI**

⁴ ATLAS de Política Externa Brasileira (2014)

inteligente, estimulará a existência de mais indústrias e, concomitantemente, corroborará para o desenvolvimento nessas regiões e para todo o país.

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia, no Brasil, são bastante promissores. A excelência tecnológica e o gigante potencial referente a biocombustíveis, sem sombra de dúvidas, devem ser ressaltados. A massa biológica gerada a partir da decomposição de resíduos orgânicos, chamada de biomassa vegetal - englobando o etanol, derivado da cana-de-açúcar, a lenha e o carvão mineral, provenientes de florestas nativas e plantadas - vêm assumindo um papel cada vez mais significativo na matriz energética nacional.

Outra riqueza que o Brasil detém, são as extraordinárias reservas de urânio, entretanto, a extração anual ainda caminha em passos lentos, uma vez que ainda não alcança escala industrial. Somente o Brasil, a Rússia e Estados Unidos têm expressivas reservas e domínio do ciclo completo de produção de energia nuclear.

Segundo o assessor da presidência da Eletronuclear, Leonam Guimarães, o conteúdo energético das reservas de urânio no País é:

da mesma grandeza do volume de óleo já inscrito como reserva provada pela Petrobrás". Temos 309 reservas conhecidas, mais 300 mil prognosticadas e 500 mil especulativas. No cenário otimista, tudo dá 1 milhão de toneladas, da ordem do que tem na Austrália. Isso faria do Brasil a segunda maior reserva do mundo (GUIMARÃES, 2012) .

Em termos de minérios essenciais e estratégicos o Brasil se mostra como uma potência. Nesse sentido, "apenas 30% do território brasileiro apresenta mapeamento geológico em escala condizente com a pesquisa de jazidas" (PENNA, 2010, p. B11).

Outro bem que o país detém em abundância, é a água. É dele quase o dobro de reservas renováveis desse recurso, em relação ao segundo país que mais possui este bem, A Rússia. O território brasileiro tem a maior reserva de água doce do planeta, com destaque à Bacia Amazônica, que abriga formidáveis depósitos subterrâneos na região de Alter do Chão, entre o Pará e o Amapá, bem como mais ao sul do território nacional, nas reservas do Aquífero Guarani – este último,

compartilhado com os demais países do Cone Sul. E isso é de inquestionável importância estratégica para a própria vida humana.

O Brasil é um dos líderes entre os grandes produtores mundiais de alimentos. Sua exorbitante capacidade se deve à enorme extensão de terras aptas à agricultura. E, além dessa admirável posição, também destaca-se na capacidade de produção de proteína animal, possuindo o segundo maior rebanho bovino do mundo, só perdendo a primeira posição para a Índia. O país tem “o 2º maior rebanho bovino – apenas atrás da Índia, que por conta de sua cultura, não tem esse consumo –, o 3º rebanho suíno e o 4º maior em cabeças de frango.” (CARMONA, 2012, p. 136)

No quesito biodiversidade, eis aí mais um de seus destaques. O Brasil é uma potência. Sem contar, também que ele é detentor da maior floresta tropical úmida do planeta. A importância do bioma Amazônia é reconhecida tanto nacionalmente, quanto internacionalmente, devido à sua larga extensão é vasta diversidade de ambientes é enorme quantidade de ecossistemas. Desnobre outras destaques, está o bioma Cerrado.

Para Carmona (2012) estas enormes riquezas, em termos de ativos estratégicos, colocam o Brasil numa situação ímpar entre as nações do mundo. Mackinder, explorou a relação entre potencialidades naturais e potencialidades econômicas. À luz do conceito de *heartland*, vai se conferir a esta área geográfica a “enorme vantagem estratégica é atribuída à possibilidade de constituição de um sistema de autarquia, de relativo isolamento desta região devido a posse dos imensos recursos lá existentes”. (CARMONA, 2012, p. 137)

Temas referentes a recursos naturais, ou acerca dos ativos estratégicos vêm ganhando grande importância na discussão sob análise geopolítica e geoestratégica, especialmente no âmbito do Conselho Sul-americano de Defesa da Unasul. Isso se deve à interpretação de que a posse de ativos estratégicos que tendem a escassear no horizonte de médio prazo, como a água, fontes de energia, biodiversidade, determinados minérios e terras aptas para a produção de alimentos podem redundar em contradições agudas, por imperativo do interesse nacional, disciplinando, restringindo ou até mesmo vetando o acesso de determinados países a esses bens.

No Livro Branco de Defesa Nacional, ao se defender a integração da América do Sul, sustenta-se a ideia de se “evitar possíveis ações hostis contra o patrimônio de cada uma das nações da região” (LBDN, 2012, p. 51).

Por isso, estratégia comum sul-americana, que se constitui diariamente, consiste, como tem dito em inúmeros discursos o Ministro da Defesa, Celso Amorim, e que está presente, também no próprio Livro Branco, numa orientação estratégica que “conjuga componentes cooperativos e dissuasórios” (LBDN, 2012, p.29).

Pôde-se perceber que tal questão dos bens estratégicos é de grande relevância na análise geopolítica renovada, brasileira, e, mais amplamente, em escala sul-americana. E ela, atrela a variados debates, aponta a questão relativa ao curso da união e da integração sul-americana - tema chave, não só nos documentos e no pensamento estratégico brasileiro, mas também como na própria Constituição Federativa Brasileira.

“A coesão territorial de um pólo sul-americano, liderado pela figura do Brasil no contexto da Unasul, incluindo o *heartland sul-americano*” (TRAVASSOS, 1938), poderia impactar numa disputa com os Estados Unidos, pela hegemonia da América do Sul.

Carmona (2012) vai destacar o seguinte:

As contradições entre os dois pólos da América é uma tendência histórica e atual. O filósofo alemão, George W. Hegel, ainda em 1830, apontava que a América, “terra do futuro”, teria no futuro “algo assim como uma contenda entre a do Norte e a América do Sul, momento no qual a importância da História Universal deverá se manifestar”. Henry Kissinger em seu *Does América Need a Diplomacy?*, de 2001, referindo-se a contradição entre Nafta e Mercosul, “afirmou o perigo que representa a tendência da América Latina de se integrar de modo autônomo e assim, de forma hostil a uma ampla estrutura hemisférica”. Dizia o estrategista e ex-secretário de Estado que a “América do Sul buscava definir uma identidade própria, o que estava gerando uma potencial contenda entre Brasil e os Estados Unidos sobre o futuro do Cone Sul” . (CARMONA, 2012, p. 139)⁵

O pensamento de Mahan também pode ser entendido, nesse contexto, ao buscar defender a possibilidade de integração bi-oceânica, fazendo referência de quando os EUA investiram na construção do Canal do Panamá, a partir da carteira de projetos de infraestrutura apresentadas no âmbito do Conselho de Planejamento

⁵ *Apud* Moniz Bandeira (2008), p. 07, 14 e 15.

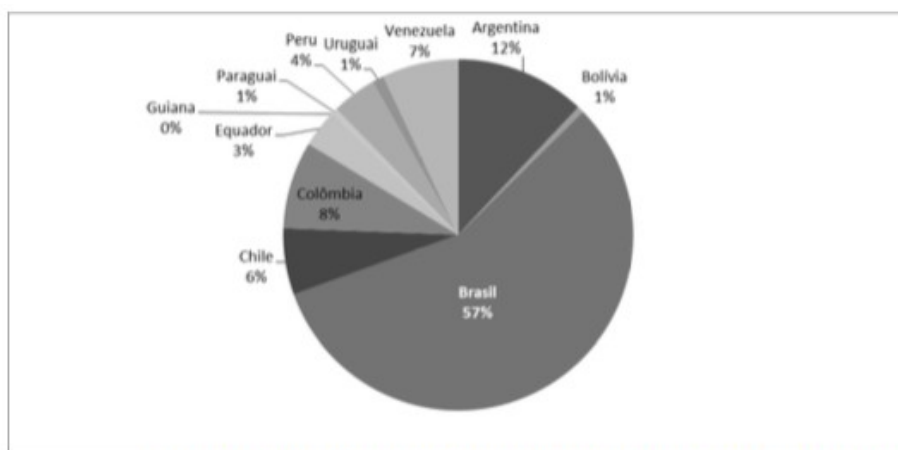
e Infraestrutura da Unasul (Cosiplan). Comparando ao Brasil, representaria agregar acesso à nova aérea geoestratégica de grande relevância na conformação - no caso, uma saída estratégica para o Oceano Pacífico.

E essa carteira de projetos da integração sul-americana, supracitada, tem grande importância ao que concerne a essa sua representação de salto qualitativo na integração entre energia, infraestrutura física e de comunicações em escala regional, como pode ser percebido no gráfico abaixo. E é exatamente esse grande interesse estratégico brasileiro, atrelado ao uso dessas estruturas.

A citada carteira de projetos da integração sul-americana tem grande potencial para representar um salto qualitativo na integração da infraestrutura física, de energia e de comunicações em escala sul-americana.

No gráfico abaixo, percebe-se o alto investimento do

Percentual de Gastos direcionados a Defesa



Fonte: STOKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI, 2014)

Com base no gráfico acima⁶, em 2014, o investimento em Defesa do Brasil correspondeu a 57% dos recursos alocados a Defesa da América do Sul. Não é novidade que, naturalmente, ele contribua com mais da metade do gasto com Defesa da região.

Gastos com Defesa 2000/2013

⁶ SIPRI (2014)

Gasto Defesa 2013		Gasto Defesa 2000	
País	US\$ milhões (2011)	País	US\$ milhões (2011)
Argentina	4.929	Argentina	2.170
Bolívia	404	Bolívia	271
Brasil	36.165	Brasil	25.175
Chile	5.309	Chile	3.329
Colômbia	12.465	Colômbia	6.077
Equador	2.596	Equador	608
Guiana	31	Guiana	18
Paraguai	458	Paraguai	217
Peru	2.638	Peru	1.578
Uruguai	942	Uruguai	876
Venezuela	4.487	Venezuela	2.612
Total	70.424	Total	42.931
Brasil %	51	Brasil %	59

Fonte: STOKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI, 2014)

Ademais, caso o investimento em Defesa seja computado em cima do percentual do PIB, pode-se perceber que o Brasil possui um gasto consideravelmente baixo, se comprado aos demais países da América do Sul. No período que vai de 2000 e 2023, conforme os dados do SIPRI, gasto com a Defesa do Brasil equivaleu a 1.6% do PIB, o que o põe abaixo da média dos demais países regionais, com 1.7%.

Sendo assim, sobre a ótica da vastidão do território brasileiro, relevando sua imensa costa marítima, além de sua inquestionável superioridade econômica e industrial, comparativamente, como já supramencionado e enfatizado, o Brasil não parece investir em defesa.

3.1 As Forças Armadas do Brasil e da América do Sul

Com o fim da Guerra Fria, o mundo passa a raciocinar num cenário sem guerras totais. Com isso, passou-se, então, a enfatizar a cooperação militar e Forças Armadas com contingentes menores, mais flexíveis e de maior mobilidade, estruturadas de forma multinacional, o que requer, nas palavras de Cooper, “uma maior padronização e interoperabilidade de equipamentos do que no passado [...]” (COOPER, 1991, p. 32).

Alem disso, “o papel da Aliança em si mudou de contenção direta e imediata de um ataque em grande escala para uma tarefa mais complexa, que é proteger a estabilidade em um mundo novo e incerto” (SHULTE, 1993, p. 17).

Os militares brasileiros negaram-se, durante esse processo de transição de

Bipolar para Multipolar, a abrir mão de suas prerrogativas constitucionais primárias. Desse modo, entende-se aqui que, o Brasil encontra-se entre a acomodação estratégica e a resistência. Por fim, defende-se que, nos casos analisados, as dinâmicas internas predominaram sobre os impulsos externos, sendo a variável determinante para a construção do atual padrão de emprego dos meios militares na Argentina e no Brasil. (SOARES, 2006)

No Brasil, por outro lado, as especificidades da transição para a democracia, que ocorreu de forma quase administrativa (SOARES, 2006), garantiram a continuidade da identidade militar e da concepção acerca do emprego das Forças Armadas.

No Brasil, o Exército surgiu como força “(...) de ocupação colonial, cujo inimigo a combater estava no próprio território, indicando para sempre sua função – não defesa contra inimigos externos, mas, sim, uma força de garantia da ordem vigente” (MATHIAS, 2003, p. 126)

Durante a década de 1990, percebe-se o estabelecimento de um padrão de emprego dos militares voltado cada vez mais para missões internas. Tem-se como exemplo o emprego do Exército na segurança da conferência Eco-92, em 1992; na Operação Rio, em 1994, cujo objetivo foi o combate ao narcotráfico; na contenção da greve dos petroleiros, em 1995, e dos policiais militares, em 1997 (ZAVERRUCHA, 2005). Tal padrão confirma-se nos anos 2000, com a constante utilização dos militares na segurança de grandes eventos, ocupação de favelas (operações de GLO), contenção de manifestações populares, presença em missões de manutenção da paz, entre outros (SAINT-PIERRE; DONADELLI, 2014)

Esse novo contexto que leva as Forças Armadas para o foco em missões subsidiárias o que naturalmente afeta o investimento em armamento (bélico), meios, tecnologia, etc. Justificar um implemento no direcionamento de recursos para Defesa sem a existência de guerras e atuações, cada vez mais constantes, em operações de “não-guerra”, “emprego limitado da força”, “operações benignas”. (BRASIL, 2015).

Que missão deveriam ter, então, os militares da América Latina? Qual uso deveria ser dado às pequenas unidades de combate? Viu-se que a resposta dos Estados Unidos e da OTAN foi a de direcionar essas unidades no sentido de se juntarem às forças de paz das Nações Unidas, quando assim solicitadas; Já internamente, no caso brasileiro, as Forças Armadas, sob solicitação do poder civil e de acordo com a Constituição, foram empregadas para combater o tráfico de drogas

(por exemplo, Operações Ágata) e, quando necessário, controlar situações de distúrbios urbanos (GLO no Rio de Janeiro) e ajudar em desastres naturais (Friburgo em meses de chuva intensa).

Uma outra questão que deve ser considerada é a separação entre os conceitos “política de defesa” e “segurança interna”. Tradicionalmente, esses conceitos constituem domínios distintos: a política de defesa tem orientação externa e é tarefa das Forças Armadas, enquanto, a segurança interna pertence à área da polícia. Na América Latina, contudo, esses domínios estiveram sempre misturados. (SANTOS, 2003)

O Brasil apresenta uma situação mista. Enquanto o conceito de segurança nacional está ausente da Constituição de 1988 e as polícias civil e militar estão claramente incumbidas da segurança pública (art. 144), o papel das Forças Armadas é definido de maneira ambígua. De fato, o artigo 142 da Constituição diz que o papel das Forças Armadas é defender a pátria, garantir os poderes constituídos e, se solicitadas por qualquer um deles, garantir também a lei e a ordem.

Santos (2013) ainda destaca que, na América Latina, a desorientação dos militares ante o fim do conflito Leste-Oeste, combinada aos desafios da democracia, criou o que veio a ser chamado de “crise de identidade” ou “crise de missão” das Forças Armadas.

No mundo pós queda do muro de Berlim, de uma forma geral, as guerras totais têm possibilidades quase remotas de se desencadearem, muito por conta da globalização, o peso da imprensa internacional, a pressão de órgãos políticos e internacionais sobre o assunto. Sem entrar no mérito do aval dos 5 membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. No Brasil, esse tipo de guerra, segue a mesma lógica e apresenta baixa probabilidade de acontecer. E num Brasil, que esteve envolvido em uma guerra com seus vizinhos, pela última vez, há mais de cem anos, com o Paraguai, essa possibilidade tende a zero.

Em que pese a constituição brasileira pregar e enaltecer o Brasil como um país pacífico por tradição, e a END enfatizar o caráter pacífico de nossa história e fronteiras, todos esses fatores reunidos não podem calar a necessidade e a devida importância de investimento em Defesa.

Nessa linha de raciocínio, concorda-se com Pugh (1994), que escreve na *Nato Review* que “[...] devemos reconhecer que mesmo os Estados mais pacíficos e isolados precisam de defesa”. Além disso, é importante salientar o que um coronel e

ex-presidente da República brasileira afirmou: “deixar a defesa externa de um país nas mãos de uma grande potência [...] é renunciar à sua soberania, o que é, sem dúvida, inaceitável” (FIGUEIREDO, 1999).

Para isso a condução desse estudo minucioso, sobre o investimento brasileiro em Defesa nos últimos quase 30 anos, por meio do entendimento da formação do gigante território brasileiro, passando pelo entendimento do seu entorno estratégico mais próximo, terminando com os dados numéricos acerca de defesa e a comparação desses números com os demais membros da América do Sul.

Para isso, à luz do Livro Branco de Defesa Nacional, pretende-se trazer no próximo sub-capítulo um detalhamento maior sobre o nosso entorno estratégico mais próximo (países membros da América do Sul), bem como entender o processo de integração regional.

O Livro Branco (LBDN) relembra que o país não pode ser percebido como indefeso, em que pese sua tradição pacífica, e que a Defesa representa o seguro a ser pago pelo Estado Brasileiro para garantir um ambiente favorável ao seu desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2012).

Os principais documentos de orientação da Defesa do Brasil manifestam a prioridade à integração com a América do Sul. E isso é perceptível na leitura da Política Nacional de Defesa (PND), onde é estabelecida a definição do ambiente regional e quanto ao entorno geoestratégico. Na Estratégia Nacional de Defesa (END), está constada na diretriz estratégica número 18 e no Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN), já referencia logo na sua apresentação e a trata ao longo de todo o documento:

PND: como consequência de sua situação geopolítica, é importante para o Brasil que se aprofunde o processo de desenvolvimento integrado e harmônico da América do Sul, que se estende, naturalmente, à área de defesa e segurança regionais (BRASIL, 2005).

END: estimular a integração da América do Sul - essa integração não somente contribuirá para a defesa do Brasil, como possibilitará fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa. Afastará a sombra de conflitos dentro da região. Com todos os países avança-se rumo à construção da unidade sul-americana (BRASIL, 2008).

LBDN: o Livro Branco de Defesa Nacional foi elaborado também com o objetivo de fortalecer a cooperação com os países da América do Sul. Poderá, nesse sentido, ser um instrumento para fomentar o estabelecimento de uma comunidade de paz e segurança no entorno

sul-americano que possibilite a opção por soluções pacíficas e a conseqüente eliminação de hipótese de guerra (BRASIL, 2012).

Ao longo dos anos, o Brasil tem demonstrado vontade e decisão quanto à defesa de seus interesses, na América do Sul, é o seu projeto de segurança e de integração econômica.

A Unasul, assim como o Mercosul, poderá atribuir nova perspectiva à América do Sul. E isso poderá ser viável, uma vez que os governos regionais mantenham sob controle os interesses nacionais, os conflitos sociais e amplificando a interdependência entre seus países (PEÑA. 2009: SERBIN, 2009).

3.2 Integração Regional no pós Guerra Fria

Como consequência do neoliberalismo que afluía nos anos 1990, os governos dos países da América do Sul começaram a ter seu foco num alinhamento às estratégias de regionalismo aberto, baseadas no estabelecimento de tratados, reformulação de diretrizes anteriores impostas pela ALALC (1960) e, posteriormente, pela ALADI (1980). Reformulações mais recentes do ALCA, por exemplo, motivaram nações a buscarem mecanismos de integração efetivos e que atendessem às novas demandas de um mundo pós Guerra Fria.

Nesse ponto, busca-se ater-se, basicamente aos tratados que foram estabelecidos, dos quais o Brasil seja membro, ou dos quais os membros sejam do seu entorno estratégico mais próximo (América do Sul).

A despeito da discrepante superioridade local do “Colosso sul-americano” nesse subcontinente, é sensato analisar as riquezas da América do Sul como um todo, como já salientado anteriormente, uma vez que este representa o entorno estratégico mais próximo do Brasil. Apontando o que historicamente tem motivado esses países a uma integração, a uma busca por alianças, etc.

Costa (2009)⁷ vai destacar as riquezas do cone-sul atualmente. Afirmando que América do Sul seria uma das regiões mais ricas do mundo. Dispondo de alimentos, de potencial para produção de energia, fontes minerais abundantes capazes de impulsionar o processo de desenvolvimento desta região.

⁷ Darc COSTA – Presidente da Federação de Câmaras de Comércio da América do Sul. – **Integrar é desenvolver a América do Sul** - Integração da América do Sul – Seminário do Palácio do Itamaraty – RJ – 2009.

No setor mineral, de acordo com Costa:

a região produz uma porção considerável dos chamados minerais básicos: 46% das reservas mundiais de minério de ferro, 39% do níquel, 33% das de cobre e 28% da bauxita, além de expressivas quantidades de zinco, estanho e de vários minerais estratégicos detendo mais de 40% das reservas de quatro deles e mais de 25% das reservas de outros cinco. Isso representa números apenas das reservas conhecidas. (COSTA, 2009, p. 47)

Um parque industrial imenso e rico a ser explorado com mais investimentos em infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento e logística. Movimentando riquezas que, com a integração regional, seria muito mais facilitada. Através de construção de estradas, diminuição de barreiras fiscais, facilidade no que tange a aduana, entre outros.

Riquezas Minerais na América do Sul



Fonte: Itamaraty (2010)

O setor industrial, além de integrar, promove o desenvolvimento local e geração de empregos, movimentação das economias envolvidas. Com a necessidade de locomotivas, surge a demanda por motores, com a necessidade de motores, a demanda por metais também cresce. Os parques industriais precisam ser mobiliados, para tal, mais pessoas vão morar próximo desses parques. São verdadeiras engrenagens de desenvolvimento e poder que são facilitadas pela integração.

Falar de integração na América do Sul é importante para seja entendido o papel da Defesa nesse cenário. Em que pese o histórico pacífico dessa região, a

sua integração naturalmente entra na agenda dos países centrais, as riquezas aqui existentes são objeto de cobiça de diversas nações. Isso sem mencionar a questão populacional e facilitada integração, já que as línguas mais faladas são espanhol e português.

Após a crise de 2009, ocorreu a desaceleração do projeto de integração regional. No mesmo ano houve o acordo estratégico militar assinado com a França, por meio do qual o Brasil deverá, nos próximos anos, tornar-se a maior potência naval da América do Sul, possuindo ao mesmo tempo, capacidade de construir submarinos convencionais e nucleares, e de produzir os próprios caças bombardeiros e helicópteros de combate. (LANGER, 2012)

Apesar disso, Langer (2012) destaca que, nesse mesmo contexto, “a Argentina e a Venezuela assinaram acordos financeiros e militares com a Rússia. E a Colômbia e o Chile sustentaram seus gastos (os mais altos do continente).” (LANGER, 2012, p. 10)

Dessa forma, mesmo com os novos acordos e novos armamentos, nenhum dos países da América Latina obteve capacidade de impôr e projetar seu poder militar muito além das suas próprias fronteiras.

O que leva a Langer (2012) também concluir:

É impossível discutir a inserção internacional do Brasil, sem inserir seus objetivos e compromissos sul-americanos em uma perspectiva de expansão global dos seus interesses. Dessa forma, o futuro da América do Sul será cada vez mais dependente das escolhas e das decisões tomadas pelo Brasil. O país pode combinar indústrias de alto valor agregado com a produção de alimentos e *commodities* de alta produtividade, sendo além disso, autossuficiente em energia. (LANGER, 2012, p. 12)

Por fim, para Langer (2012), “o Brasil nunca teve características de um estado expansivo militarmente, pelo menos desde a Guerra do Paraguai, na década de 1860”.E ainda aponta a posição do Brasil no continente como a de sócio auxiliar da hegemonia dos Estados Unidos no continente.

O que corrobora a conclusão de Oliveira e Bertonha:

Na tentativa de reforçar seu papel de potência regional, o Brasil utiliza os acordos assinados com a Argentina no campo nuclear para se “apresentar” ao mundo como uma região efetivamente pacífica e, dessa forma, contribuir com o objetivo de não-proliferação. Como se pode destacar no discurso do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da assinatura de adesão ao Tratado de Não-Proliferação (TNP) em Washington, em 18 de setembro de 1998: “Junto com a Argentina, o Brasil tomou a iniciativa de oferecer sua experiência bilateral no campo nuclear como exemplo de como é possível cooperar exitosamente na não-proliferação nuclear em clima de transparência e confiança e, ao assim fazer, fortalecer o regime internacional da não-proliferação (OLIVEIRA, 2010, p. 112).

Idealmente [...] talvez o Brasil [...] possa contribuir para um futuro mais pacífico ao ensinar aos outros [...] que a força militar deve ser apenas um último recurso e um Estado pode influir mais no sistema internacional sem obrigatoriamente recorrer à força, a não ser como último recurso (BERTONHA, 2013, p. 128).

O entorno estratégico brasileiro, como destacado na END, abrange toda América do Sul e os países costeiros da África Ocidental. Dada a condição estratégica da África ocidental para o Brasil, contudo, a política brasileira, em relação a eles, ainda se configura com grande timidez. (ALMEIDA, 2015)

Quanto à postura dos EUA e de outras potências centrais, por exemplo, percebe-se diversas campanhas de agências de notícias de países centrais a vendendo um possível “imperialismo brasileiro” na África. (BUSTOLIN, 2009)

O Brasil, a partir da ótica do poder naval, necessita dar importância de estratégica superior às relações com o entorno estratégico da costa oeste do continente africano. “A título de exemplo, como desconsiderar a hipótese de emprego, num caso mais extremo, a carência de bloquear o que no Livro Branco chama de “garganta atlântica””. (CARVALHO, 1982)

Como salientado no estudo do Comandante Virgílio de Carvalho, “Poder Marítimo”, ainda é urgente a necessidade de um movimento que vise relançar e fortalecer a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, uma ousada iniciativa brasileira que, entretanto, encontra-se numa situação de “banho-maria”.

Nesse tópico, avulta de importância falar sobre a Marinha do Brasil, visto que esta que deverá angariar recursos, meios e tecnologia capazes de manter o poder marítimo, afim de que, de fato, projete sobre a costa oeste africana o seu poderio, atuação e colaboração com o mesmo.

A dependência de contratos e know-how para a construção dos meios navais

não pode ter uma dependência inglesa ou francesa. Isso torna a nação brasileira vulnerável. Como afirma Danziato (2008), o orçamento de defesa tem como principal função a defesa nacional, que é uma função típica do Estado.

“A defesa é considerada como um bem nacional e permanente, não privatizável ou delegável, que não pode ser descentralizada e que transcende à área militar, pois se baseia na distribuição uniforme de benefícios à sociedade.” (Danziato, 2008)

O Brasil também é um dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) - os cinco países emergentes que, poderão estar entre as maiores economias mundiais, nos anos vindouros. Sendo assim, é comum encontrar, no discurso de autoridades internacionais (RICE, 2008) e na literatura acadêmica e especializada, referências ao Brasil como Potência Regional ou Potência Global Emergente (BANDEIRA, 2006, ZIBECHI, 2006, ALMEIDA, 2006).

Para a análise comparativa da realidade brasileira com outros países, em termos de orçamento de defesa, sob o parâmetro: o geopolítico, contrastando-se os dados nacionais aos de países apontados como semelhantes, em termos de território, população e potencial econômico, embora com trajetórias distintas em termos históricos, culturais e de sistemas políticos, os chamados BRICS (HURREL, 2009).

Segundo o SIPRI⁸ (2017), em 2015 os gastos militares globais foram estimados em US\$1.676 bilhões e representaram o equivalente a 2,3% do PIB mundial. Esse valor foi, aproximadamente, 1% maior que no ano de 2014. O Brasil está abaixo da média mundial embora, em termos de valores absolutos, esteja entre os 15 países que mais despendem recursos com a defesa, ocupando a décima primeira posição no ano de 2015.

O que coloca o Brasil no TOP 15, segundo o SIPRI é, principalmente, os números referentes ao tamanho, a população e a economia. Contudo analisando friamente os gastos militares, percebe-se que o que dedicamos de porcentagem do nosso PIB para defesa é ridículo frente ao nosso tamanho, importância e riquezas. (VILLA, 2008)

Na tabela abaixo pode-se perceber a incoerência da colocação que o Brasil ocupa com os que estão próximo ou a sua frente. Pode-se citar o Japão, por

⁸ Stockholm International Peace Research Institute

exemplo. Qual riqueza natural predominante que o Japão detém para alavancar sua economia? Uma ilha, extremamente dependente de importações, intimamente influenciada e dependente dos EUA na sua parte militar, mas que consegue destinar quase o dobro do que o Brasil tem de gasto, no âmbito mundial.

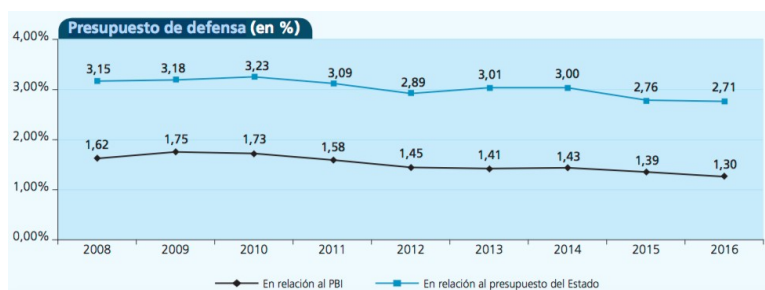
Salta aos olhos pensar no Brasil, um colosso de dimensões continentais não se equiparar em números de Defesa a outros gigantes globais também. Gigantes tanto econômicos como territoriais, como China, Rússia ou até mesmo a Índia.

Top 12 Investimento em Defesa Mundial

Posição	País	Orçamento (US\$ bilhões correntes)	% do PIB	% do gasto mundial
1	EUA	682,5	4,4	38,9
2	China	166,1	2,0	9,5
3	Rússia	90,7	4,4	5,2
4	Reino Unido	60,8	2,5	3,5
5	Japão	59,3	1,0	3,4
6	França	58,9	2,3	3,4
7	Arábia Saudita	56,7	8,9	3,2
8	Índia	46,1	2,5	2,6
9	Alemanha	45,8	1,4	2,6
10	Itália	34,0	1,7	1,9
11	Brasil	33,1	1,5	1,9
12	Coreia do Sul	31,7	2,7	1,8

(Fonte: SIPRI, 2011)

% do PIB – Brasil de 2008 a 2016



(Fonte: RESDAL, 2017)

O comparativo rápido entre o gráfico e a tabela já mostra que, no período de 2008 a 2016 o auge do investimento em defesa, se deu no pico de 1,75% do PIB direcionado para esta área. Já na classificação da tabela do SIPRI percebe-se que o

Brasil só se mantém a frente de Japão, Itália e Alemanha.

4 O INVESTIMENTO EM DEFESA

Neste capítulo, estudar-se-á o investimento brasileiro na área militar, o quanto tem sido investido em Ciência e Tecnologia; quais são os investimento que o Brasil têm feito em Pesquisa e Desenvolvimento; a importância estratégica da Amazônia; as áreas de atuação que cada Força Armada tem por responsabilidade; os problemas internos que tiram o foco do assunto Defesa; a má gestão de recursos alocados à defesa direcionados ao pessoal e não ao material e como tudo isso conduz a uma reflexão de se realmente o brasileiro pode ter a certeza que “um filho seu não fugirá à luta”.

4.1 Economia e Defesa

O gasto com Defesa, no Brasil, não se mostra, portanto, alto ou fora dos parâmetros, Oliveira (2015, p. X) aponta que a correlação entre as produções econômicas e os gastos com Defesa no continente são coerentes, além de verificar que o percentual do PIB brasileiro destinado à Defesa encontra-se ligeiramente abaixo da média continental, indicando notável moderação no gasto com Defesa do Brasil. Números que serão trazidos, mais à frente, em gráficos e tabelas, para uma melhor compreensão.

Sobre esse ponto, Oliveira (2015) destaca o seguinte:

Como visto, em 2013, o PIB do Brasil correspondeu a 57% do PIB da América do Sul. Ora, uma vez que a produção econômica do Brasil, representada por seu PIB, corresponde a mais da metade da produção econômica sul-americana, já não se mostra tão alarmante o fato de que o país também contribua com mais da metade do gasto com Defesa da região. (OLIVEIRA, 2015, p. 21)

Além disso, se o gasto com Defesa for considerado como percentual do PIB, percebe-se que o Brasil despende proporcionalmente pouco em relação a outros países da América do Sul.

Conforme Oliveira (2015), fala sobre tal temática:

No período de 2000 a 2013, de acordo com os dados do SIPRI, o gasto com Defesa do Brasil equivaleu a 1,6% do PIB, um pouco abaixo, portanto, da média dos países sul-americanos, que montou a 1,7%, percentual despendido pela Guiana. Os gastos com Defesa da Bolívia, do Uruguai, do Chile e da Colômbia, no mesmo período, ficaram acima da média, sendo que o da Colômbia atingiu 3,4%, o dobro da média. (OLIVEIRA, 2015, p. 27)

O percentual de 1,6% do PIB, no ano de 2013, despendido com Defesa pelo Brasil, corresponde, exatamente, à média do gasto com Defesa dos países da América do Sul. (FERNANDES, 1999)

4.2 Defesa – Militar + Ciência e Tecnologia + Pesquisa e Desenvolvimento

Ao analisar as disputas brasileiras, ao longos dos anos, da Guerra do Paraguai (1864) até os dias atuais, observa-se que elas têm sido resolvidas no campo diplomático, por meio de organizações internacionais ou de grupos mediadores constituído por países vizinhos, ou do mesmo continente, e, em outros casos, mediados por organizações internacionais regionais.

Neste contexto, tem cabido ao Brasil um importante papel de mediador, um país numericamente pacífico, como destaca Castillo (2008).

Do ponto de vista da Segurança Internacional, o Brasil, a pesar de ter um dos maiores contingentes na ativa – 13º colocado no mundo, é o país relativamente menos militarizado da América do Sul com apenas 1,55 militares na ativa para cada 1000 habitantes, dedicando apenas 1,6 % do PIB a gastos militares. (CASTILLO, 2008, p. 127)⁹

O Brasil possui uma destacada cultura pacífica, um histórico longo de não envolvimento em guerras, postura que hoje é guiada por princípios normativos da Política Externa brasileira, balizados pelo artigo 4º da Constituição Federal, que destaca os seguintes pontos:

⁹ O BRASIL E A SEGURANÇA NO CONE SUL NO PÓS GUERRA FRIA – Juan Ignacio Albino Roman CASTILLO - Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia – SP 2008

- I – Independência nacional,
- II – Prevalência dos Direitos humanos,
- III – Autodeterminação dos povos,
- IV – Não- intervenção,
- V – Igualdade entre os Estados,
- VI – Defesa da paz,
- VII – Solução pacífica de conflitos,
- VIII – Repúdio ao terrorismo,
- IX – Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade,
- X – Concessão de asilo político.

Essa postura não-conflituosa brasileira também é cultuada nos meandros do Ministério das Relações Exteriores, uma tradição preservada pelo Itamaraty. Os formados no reverenciado Instituto Rio Branco, defendem, independente da linha ou inclinação das personalidades administrativas do executivo, a manutenção de uma coerência de políticas, alinhamentos e decisões de caráter externo. E essa postura vai conferir ao Brasil uma percepção de confiabilidade no âmbito internacional superior a qualquer membro da América Latina.

Para Albino (2008), do ponto de vista social e no que tange ao *soft power*, o Brasil ganha destaque. Elogios e títulos são conferidos à nação brasileira. Entretanto, por outro lado, percebe-se uma Defesa travada por uma Cultura de que, dado ao seu histórico pacífico, o não envolvimento em conflitos, a postura de levar todas as questões sempre ao campo diplomático, naturalmente dificulta a justificativa da destinação dos números dos recursos, quando a finalidade é mobiliar as Forças Armadas, o aumento de efetivo, a modernização de meios, o investimento em Ciência e Tecnologia para que, a longo prazo, o Brasil domine os processos de produções dos próprios meios e armas.

Para que se detenha uma área de Pesquisa e Desenvolvimento sólida em busca de inovações que coloquem o país à frente ou, pelo menos, na briga com as

grandes potências globais.

Adam Smith afirma que o soberano deveria ter apenas três obrigações: “a defesa do país, a administração da justiça e a manutenção de certos serviços públicos”.(SMITH, 2006, p. 284).

A Defesa tem como funcionalidade principal a defesa nacional. Para isso, deve ser considerada como um bem permanente, nacional e não delegável ou submetido à privatização.

Naturalmente, os investimentos que são destinados à defesa da nação disputam com as demandas, por outros investimentos públicos, das mais diversas naturezas. Nesse sentido, seria necessário justificar cada real gasto em defesa, o quanto retorna para a sociedade civil, ou que esse retorno supera o investimento em outras áreas. Contudo, calcular e metrificar os benefícios advindos do investimento em defesa é muito difícil. Uma vez que está se mobiliando uma área com hipótese de emprego, onde não necessariamente será empregado.

Isso se torna ainda mais difícil, quando se trata de um país como o Brasil, com um histórico pacífico e com uma baixa ocorrência de conflitos armados.

Outro ponto de preocupação é a destinação dos recursos alocados para a Defesa. Segundo Pederiva (2004, p. 129), a respeito do setor defesa brasileiro, “mais de 80% dos gastos da União em 2001, referiu-se à contraprestação de bens e serviços já utilizados, reservando-se menos de 20% dos gastos para aplicações capazes de contribuir para a produção de novos bens e serviços no futuro”. (PEDERIVA, 2004, p.129)

4.3A questão da Amazônia – Calha Norte / SIVAM / SIPAM

O Brasil definiu, apenas em 1996, sua primeira Política Nacional de Defesa (PND), durante o primeiro mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Além do fato, da tardia reação brasileira, com foco de formalizar, por meio de documento, a sua política nacional de defesa, apontando suas diretrizes quanto às questões internas, problemas fronteiriços; postura quanto à segurança regional; quanto à segurança interna; e quanto à segurança contra possíveis invasões. Somente na segunda metade da década de 90 que o Brasil passou a colocar todos esses pontos no papel.

Além de possuir dois focos principais, quais sejam: “Os dois principais objetivos da PDN foram abolir o enfoque de “segurança nacional”, já que o inimigo interno da Guerra Fria não mais existia, e melhorar as relações entre civis e militares.”¹⁰ (SANTOS, 2003)

Como bem apontado por Maria Helena de Castro Santos (2003), a política Nacional de Defesa trata de ameaças vindas do exterior. Suas diretrizes, entretanto, apontam a participação da Marinha, Exército e Aeronáutica em missões classificadas como “atividades subsidiárias”, voltadas tanto para a integração nacional, quanto a para a defesa civil, além do desenvolvimento econômico do país e a proteção da vasta Amazônia.

Nesse sentido, Santos (2003), vai complementar:

A natureza defensiva da PDN deveu-se a uma diplomacia ativa, voltada para paz, assim como a uma postura estratégica de dissuasão. Confiava-se, assim, no elevado valor dado às ações diplomáticas como primeira ferramenta para resolver disputas, assim como na existência de uma eficiente estrutura militar capaz de ser efetivamente dissuasória. (SANTOS, 2003, p. 122)

Dessa forma, o Brasil não consegue definir de maneira satisfatória, nem por meio da Constituição, nem através das diretrizes da Política de Defesa Nacional, a real missão das Forças Armadas. Infelizmente, um processo de negociação política que ainda encontra-se em andamento.

Nesse contexto, FHC – presidente na ocasião – sempre solicitava muita paciência em relação ao escasso orçamento militar, principalmente nas ocasiões de grande e continuado emprego, evocando o sentimento patriótico das Forças no finalidade de ajudar o Brasil a superar, com cabeça erguida, a crise econômica.

Santos aponta o quanto Fernando Henrique se preocupou com a questão militar, numa recém assinatura da PND:

Ainda sob essa ótica, algumas vezes foram liberadas verbas

¹⁰ Ver entrevista com o ministro Edmundo Fujita, diplomata, subsecretário de análise e avaliação da Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE, Brasília, 7/8/1998. Ver também Oliveira (1994).

para a modernização dos equipamentos militares. Cardoso deu especial atenção à região amazônica, enfatizando a importância dos militares em ocupar o território e defender as fronteiras das invasões de traficantes de drogas e de guerrilheiros. O Plano Colômbia somente reforçou suas preocupações. (SANTOS, 2003, p. 122)

Através do que versava a PND e os recursos direcionados à defesa nesse sentido, foram fundamentais para a reativação de projetos, como o Projeto Calha Norte¹¹, além de servir de base para criação, desenvolvimento e implementação do importante Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia/Sistema Integrado de Proteção da Amazônia (Sivam/Sipam)¹². Nesse ponto, a respeito dessas questões de investimento e Amazônia, a posição do governo se alinhou com a dos militares. Entretanto, o presidente, muitas vezes, mencionou a possibilidade de as Forças Armadas complementarem, com as supracitadas “missões subsidiárias”, nas quais os fardados ajudariam e seriam empregados em ações policiais na repressão a ilícitos, como o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro, o que, no contexto, foi fortemente rebatido pelos militares. (SANTOS, 2003, p. 124)

Quanto a esse emprego complementar das Forças Armadas, Santos (2003) complementa:

Os militares brasileiros são convocados a prestar um grande número de tarefas, mais conhecidas como “atividades complementares” ou “subsidiárias”, definidas em dois grupos: “atividades de polícia” e atividades socioeconômicas. Contudo, vale insistir que, embora eles tenham um profundo orgulho de seu papel social, rejeitam desempenhar um papel policial. (SANTOS, 2013 p. 123)

No que se refere à garantia da política externa brasileira por meio do uso das Forças Armadas, ela reside claramente mais no campo da teórica do que da prática.

De fato, dada toda essa análise até aqui, pode-se perceber que a política externa brasileira descarta o emprego das Forças Armadas no jogo estratégico internacional ao desqualificar a ação militar como substituto eventual da ação

¹¹ O projeto Calha Norte foi criado em 1987, visando à ocupação militar e socioeconômica das terras de fronteira (6.500 km). Estava previsto que esse projeto fosse realizado em conjunto, entre militares e outros ministérios, mas somente os militares cumpriram os objetivos traçados.

¹² Sivam/Sipam é o maior sistema integrado de radares do mundo e se destina à defesa aeroespacial da Amazônia. O projeto está em fase inicial de funcionamento

diplomática. (SANTOS, 2003)

Santos (2003), também destaca, com base nessa dualidade de emprego das Forças Armadas, uma espécie de “angustiante crise de identidade” (SANTOS, 2003, p.124), uma vez que as missões com foco social trazem tanto orgulho aos militares, apesar de se constituírem atividades subsidiárias. O papel tradicional desempenhado na vitoriosa Guerra do Paraguai (1864), ou durante na 2ª grande GM, ou no contexto da Guerra Fria, não encontra mais contexto para sua aplicação. O que fomenta mais ainda o dilema sobre o seu ofício verdadeiro, diante do povo brasileiro.

O seu papel seria qual, afinal de contas? A defesa da nação (como um membro do tabuleiro internacional) ou dos interesses internos e subsidiários da nação (em substituição às outras agências públicas).¹³

Entretanto, para Santos (2003), é na Amazônia que o papel complementar dos militares se encontra com o seu papel convencional. É na região amazônica que os militares recuperam o inimigo externo e interno.

De fato, eles vêem essa região sob permanente ameaça externa, advinda de governos estrangeiros e ONGs ambientalistas ou de proteção a populações indígenas, traficantes de drogas que cruzam as fronteiras, movimentos guerrilheiros de países vizinhos e algumas questões menores de fronteira. Do ponto de vista dos militares, a Amazônia deveria ser ocupada por brasileiros e mantida sob estreita vigilância contra ameaças externas. Não é de se espantar que os projetos de maior peso das Forças Armadas estejam direcionados para essa região: o Projeto Calha Norte e o Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia (SIVAM). (SANTOS, 2003, p. 124)

Diferente do que é observado em nações desenvolvidas, as políticas externas e as políticas de defesa, na América do Sul, contexto no qual o Brasil se encaixa, possuem uma ligação quase que inexistente. Não se vê a força militar ser empregada como instrumento de política externa.

¹³ Para outras visões sobre a crise de identidade dos militares brasileiros, ver Hunter (1994).

4.4 Miséria e Narcotráfico – Como justificar os Investimentos em Defesa?

Segundo Virgílio de Carvalho (1984), o Brasil vive uma incógnita sobre sua Defesa, já que para investir e financiar projetos na área de Defesa, que sejam coerentes com as características da região e em proporções condizentes com o peso relativo de seus recursos e poderio econômico, além da prioridade no tratamento de problemáticas internas que a sociedade brasileira necessita de atenção.

O Brasil tem um problema de identidade, ao considerar-se e destacar-se para o cenário internacional como uma nação que defende a não hegemonia, implicando diretamente no seu reconhecimento como uma “mini-hegemonia” regional, um pequeno problema de semântica que coloca a nação brasileira numa posição de contradição.

Desta forma, resta ao Brasil assumir posições mais semelhantes às da União Européia, de relacionamento via campo diplomático, se valendo de negociações, na busca por integração e cooperação, isto é o *Soft Power* brasileiro, já destacado no capítulo 2, a serviço da paz regional, em particular para ajudar a revitalizar Estados falidos e institucionalmente frágeis, na prevenção e resolução de conflitos políticos e potencialmente militares, bem como no fortalecimento de instituições regionais.

Pesquisas apontam que os benefícios do investimento em Defesa tendem a ser mais perceptíveis nos países economicamente mais desenvolvidos e industrializados (ALMEIDA, 2015, p. 30). Já os chamados Low Developed Countries (LDC), países mais pobres e menos industrializados, os benefícios oriundos da investimento em Defesa vai depender de setores e indústrias específicas que serviriam para alavancar os aspectos positivos desse investimento. (SANDLER; HARTLEY, 1995).

Já na América do Sul, percebe-se que os investimentos no campo da Defesa, em geral, não têm trazido retornos positivos e de relevância para as economias dos membros dessa região, nem se mostram adequados ao cumprimento integral das tarefas de Defesa das diversas nações (AGUILAR, 2008; MONSERRAT, 2009).

No caso específico do Brasil, Sampaio (1949) destaca o seguinte:

Confrontando sempre inúmeras e variadas necessidades e não dispondo, via de regra, de recursos adequados e suficientes com que satisfazê-las, impõe-se a seleção e hierarquização dessas necessidades, segundo seu teor de importância e urgência, paralelamente à articulação dos recursos disponíveis de forma a permitir seu aproveitamento máximo (SAMPAIO, 1949, p. 2).

O que Oliveira (2015), de igual forma, aponta muito bem:

A priorização do gasto de natureza social - Problema central para o orçamento da Defesa reside na afirmação de sua importância em face das prioridades estabelecidas para o gasto de natureza social. Haja vista as profundas desigualdades sociais e regionais existentes no Brasil, gastos com efeito social menos evidente tendem a perder posição entre as prioridades governamentais. Os gastos com Defesa, no Brasil, são realizados nesse ambiente de pouca prioridade para as questões do setor. (Oliveira, 2015, p.37)

O emprego e a temática dos trabalhos das Forças Armadas brasileiras ficaram divididas em três grandes temas, ou “três eixos estruturantes”, constadas na END: a reorganização das Forças Armadas, a reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e a política de composição dos efetivos das Forças Armadas. Outra grande novidade é a definição de três setores estratégicos a serem priorizados: o espacial, o cibernético e o nuclear, cujo desenvolvimento fica a cargo, respectivamente, da FAB, do EB e da MB.

Nesse sentido, pode-se verificar na diretriz de número 12 da END, que:

as forças convencionais cultivem alguns predicados atribuídos a forças não-convencionais. (...) A conveniência de assegurar que as forças convencionais adquiram predicados comumente associados a forças não-convencionais pode parecer mais evidente no ambiente da selva amazônica. Aplicam-se eles, porém, com igual pertinência, a outras áreas do País. Não é uma adaptação a especificidades geográficas localizadas. É resposta a uma vocação estratégica geral. (ALMEIDA, 2015, p. 32)

Na END, se dá um passo adicional. Explicitamente, na diretriz número 1, define-se o objetivo de “dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional”. Para efetivar a capacidade de dissuasão, a END, na Diretriz de número 4, apresenta a necessidade de priorizar a “mobilidade estratégica”,

conceituada como “capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão: a mobilidade estratégica”.

Segundo Santos (2013), no pós Guerra Fria, as Forças Armadas ganham novos papéis:

Que missão deveriam ter, então, os militares da América Latina? Qual uso deveria ser dado às pequenas unidades de combate? Viu-se que a resposta dos Estados Unidos e da OTAN foi a de direcionar essas unidades no sentido de se juntarem às forças de paz das Nações Unidas, quando assim solicitadas; internamente, combater o tráfico de drogas e, quando necessário, controlar situações de distúrbios urbanos. (SANTOS 2013, p. 117/118)

Uma outra questão que no pós-Guerra Fria vai ganhar importância, é a definição clara dos conceitos de “política de defesa” e “segurança interna”. Tradicionalmente, essas definições se constituem em âmbitos distintos: uma vez que a política de defesa constitui-se como tarefa das Forças Armadas e é voltada para uma orientação externa, enquanto a segurança interna pertence à área da segurança pública, exercida pela polícia.

Para Santos (2013), na América Latina, contudo, esses domínios estiveram sempre misturados e, no caso brasileiro, da seguinte forma:

O Brasil apresenta uma situação mista. Enquanto o conceito de segurança nacional está ausente da Constituição de 1988 e as polícias civil e militar estão claramente incumbidas da segurança pública (art. 144), o papel das Forças Armadas é definido de maneira ambígua. De fato, o artigo 142 da Constituição diz que o papel das Forças Armadas é defender a pátria, garantir os poderes constituídos e, se solicitadas por qualquer um deles, garantir também a lei e a ordem. (SANTOS 2013, p. 119/120)¹⁴

Santos (2013) ainda destaca que, na América Latina, a desorientação dos militares ante o fim do conflito Leste-Oeste, suplantados pelos discursos de segurança dos EUA e dos países centrais, direcionando as Forças Armadas da região, para o que já fora destacado no capítulo anterior de missões complementares ou missões subsidiárias, de certa forma ocupando essas forças militares com problemas internos, isso tudo criou o que alguns autores vão chamar

¹⁴ Revista Brasileira de Ciências Sociais – Volume 19 No 54 – A nova missão das forças armadas latino-americanas no mundo pós Guerra Fria: o caso Brasil - Maria Helena de Castro SANTOS (2013)

de “crise de identidade” ou “crise de missão” das Forças Armadas. (Santos, 2013, p.119)

Os conflitos no pós-Guerra Fria trazem outras dimensões que dantes não eram discutidas ou levadas em consideração. Conflitos que exigem uma “maior padronização e interoperabilidade” (Cooper, 1991, p.32), as forças armadas e as alianças deveriam defender o outro e se defender de “um mundo novo e incerto” (Shuttle, 1993, p. 17).

Contudo, de uma forma geral, esse tipo de guerra apresenta baixa probabilidade de acontecer. No Brasil, com histórico extremamente pacífico e constitucionalmente de paz entre seus vizinhos, que esteve envolvido em uma guerra com seus vizinhos pela última vez há mais de cem anos, com o Paraguai, essa possibilidade se aproxima de zero.

4.5 Projetos em andamento das Forças Armadas

Analisar o histórico das Bases Industriais de Defesa possui elevada importância para a compreensão do que o Brasil já viveu a respeito do assunto defesa, e o que possui de projetos na área militar, que se encontram em andamento.

As BID foram criadas com a finalidade de diminuir a dependência do mercado externo, preservar a nação contra ameaças, defesa dos interesses nacionais e ampliar sua capacidade de influência no âmbito global, regional e interno.

As BID, apesar de terem o foco na produção de itens voltados para a defesa, são responsáveis pelo incremento da economia, geração de empregos qualificados, necessidade de recursos humanos qualificados, além de trazer novas tecnologias à sociedade como um todo.

Para alimentar essas BID, cabe destacar o papel de pesquisa realizadas pelos seguintes centros: Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA), Centro Tecnológico do Exército (CTEx), Instituto de Pesquisa da Marinha (IPqM), que, conforme Amarante (2004) destaca, vai servir para incentivar a indústria brasileira, a produção autônoma de equipamentos e promover a geração de empregos diretos e indiretos.

Antes dos anos 90, o Brasil atuava nessa área com a Engesa, empresa que atuava em parceria com a estatal Imbel, com foco na produção de blindados (Casca-vel, Urutu). (Moraes, 2012, p. 48)

Outra gigante no contexto das BID foi a Avibras que teve o seu auge de sucesso com a construção e venda do Artillery Saturation Rocket System (ASTROS II) que possui alcance de 300km, usados, inclusive pelas Forças Armadas brasileiras. (Amarante, 2012, p 48)

A Embraer, responsável pelo desenvolvimento, construção e venda das renomadas aeronaves, Brasília, Xingu, Bandeirantes e o famoso Tucano (Pim, 2007, p. 12).

Em apoio à pesquisa e desenvolvimento a essas BID, o Brasil possui o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), o Instituto Militar de Engenharia (IME) e a Escola Superior de Guerra (ESG), que contribuem com discussões, debates e sugestões de desenvolvimento na área militar, tanto para alimentar o mercado interno, como para movimentar a economia com a exportação de itens da indústria bélica.

Em que pese a crise na década de 90 que afetou todas essas BID, levando algumas inclusive à falência, como a Engesa, a importância e relevância dessa base de indústrias de defesa é algo que não poderia receber destaque no desenvolvimento desse trabalho.

Empresas como Helibras, Emgeprom, Imbel, Berandini, são de fundamental importância para o assunto defesa. (Comca, 1997, p. 50)

Com o fim da Guerra Fria, no que se refere à mudança de mentalidade, no Brasil, Almeida (2015, p. 47) ressalta o caso da Embraer, parceria bem sucedida de entre os anseios militar e civil, no que tange ao investimento em Defesa.

O projeto do avião de combate subsônico AMX possibilitou o desenvolvimento de tecnologia para a construção de jatos, mas foi o foco na produção de aviões comerciais, e não militares, que alavancou o crescimento da empresa. A intensa integração entre o segmento militar e o segmento comercial transformou a Embraer e a tornou um orgulho nacional. A mudança de mentalidade na empresa, com a incorporação de filosofia e práticas de mercado, a partir da formação de um corpo administrativo com perfil diferenciado e voltado para o mercado foi decisiva. (ALMEIDA, 2015, p. 47)

A mudança estrutural mais urgente e necessária no orçamento da Defesa do Brasil reside no excessivo gasto com pessoal. O gasto com pessoal, hoje, praticamente inviabiliza a sensata condução dos projetos estratégicos no assunto defesa. (ALMEIDA, 2015, p. 50)

O LBDN registra que, em 2011, o total do gasto em investimento,

reaparelhamento e adestramento das forças armadas foi de apenas 10,8% (BRASIL, 2012).

O gráfico abaixo do Tribunal de contas da União deixa evidente o gasto médio com pessoal na Defesa, entre 2000 e 2013. (ALMEIDA, 2015) ¹⁵

Percentual dos gastos em Defesa (Pessoal)



Com isso, “pouco restou para o investimento em novos sistemas de armas, em especial para a pesquisa de novas tecnologias, bem como a manutenção do padrão operacional e do adestramento das forças armadas” (ALMEIDA, 2015 p. 50).

E como solução para essa problemática, Almeida (2015) vai concluir:

Urgente é a promoção de mudanças estruturais no orçamento de Defesa do Brasil. A prioridade deve ser a profissionalização intensiva do pessoal militar, com isso aumentando a qualidade da tropa e permitindo sua redução quantitativa, sem perda para o atendimento das responsabilidades atribuídas à Defesa. Não se trata, de forma alguma, de corte linear na estrutura de pessoal, o que somente pioraria a situação, mas da realização de cuidadoso estudo e da construção de um projeto de força que privilegie a qualidade do componente humano, e não a quantidade. A redução do gasto com pessoal é essencial, ainda para permitir novos investimentos em tecnologia, em um quadro político-econômico no qual é pouco provável o aumento de recursos para a Defesa no curto e no médio prazo. (ALMEIDA, 2015 p. 54)

¹⁵ ALMEIDA (2015) - Orçamento da Defesa no Brasil: Evolução e perspectivas - Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra (ESG) como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia. Carlos Welington Leite de Almeida (2015) – Rio de Janeiro

Da mesma forma, Alsina Jr. (2006), ao analisar os gastos militares, vai perceber que mais de 80% é direcionado ao custeio de salários (de ativos e aposentados) e pensões.

Ao analisar esses números, Rosière (2004) chega à mesma conclusão. Que os altos dispêndios com pessoal, enquanto o montante direcionado a investimento “sequer cobre o programa de reaparelhamento da Aeronáutica, em andamento, com diversas obrigações já assumidas” (ROSIÉRE, 2004, p. 133)

Em que pese os gastos do governo com Defesa, nos anos de 2004 a 2016, ocuparem o 3º lugar, conforme tabela oriunda do portal de transparência, o problema levantado a respeito do gasto com pessoal choca com um possível pleito ou necessidade de aumento para essa área. (PALÁCIOS JR., 2014)

Tabela 1: Gastos por órgão executor como (%) do total de gastos do governo (2004 a 2016)

Ministérios	(%) sobre o total de gastos do governo												
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Fazenda	70,9	72,9	70,7	67,7	63,9	63,3	60	57,9	56,9	52,3	55,7	55,9	72,6
Previdência Social	17,6	16,7	18,1	19,9	22,1	21,6	20,7	22,3	23,1	25,4	23,5	23,2	1,77
Defesa	3,63	3,4	3,62	3,98	4,31	4,44	4,14	4,44	4,29	4,51	4,01	3,99	4,95
Educação	2,03	1,79	2,049	2,25	2,74	2,92	3,05	3,45	3,68	4,44	4,33	4,46	5,84
Saúde	1,52	1,16	1,281	1,34	1,64	1,69	1,79	1,88	1,87	2,1	1,83	2,01	2,63
Transportes	0,69	0,63	0,747	0,94	0,97	1,26	1,62	1,42	1,27	1,31	1,15	0,96	1,17
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,53	0,59	0,642	0,646	0,76	0,92	0,79	0,73	0,87	1,06	1,02	0,69	0,82
Justiça	0,48	0,45	0,527	0,65	0,71	0,75	0,7	0,7	0,63	0,66	0,57	0,59	0,71
Ciência e Tec.	0,36	0,31	0,35	0,37	0,5	0,5	0,59	0,53	0,55	0,55	0,45	0,36	0,43

Fonte: Portal de Transparência (2017)¹⁶

Logo, conclui-se que esse é um problema que precisa ser corrigido, visando a destinação de recursos para o que realmente importa de defesa, no contexto analisado nesse trabalho, para mobiliar com meios modernos, investimento em tecnologia nacional, pesquisa e desenvolvimento, etc. (OLIVEIRA, 2015). Portanto, mostra-se urgente a adoção de medidas que mitiguem essa problemática.

¹⁶ Revista Escola de Guerra naval, Rio de Janeiro, v 23 n. 1, p. 211 – 238 – jan/abr 2017

5 CONCLUSÃO

Ao longo desse trabalho, buscou-se abranger todos os tópicos que estão direta ou indiretamente ligados ao assunto Defesa do Brasil.

Primeiramente, o foco foi dado ao Florão da América (Brasil), destacando o relacionamento com a sua vizinhança, passando pela influência natural dos EUA no lançamento do Brasil mais intenso na política externa mundial e na política externa de seu entorno estratégico mais próximo, os países sul-americanos.

A influência dos EUA, no pós Guerra Fria, fora guiada por um discurso securitizador. O mundo que passou a ser classificado como multipolar, no qual surgiram outros atores regionais relevantes, como o Brasil na América do Sul. Essa postura dos EUA foi se configurando através do direcionamento de novas tarefas para as Forças Armadas. Tarefas essas mais subsidiárias, como: combate ao narcotráfico, assuntos de segurança pública, desastres naturais, apoio à população, etc. Tudo isso, afim de ocupar as Forças Armadas da América com temáticas internas, em detrimento de se fortalecerem contra ameaças externas, colocando, assim, em perigo a sua liderança regional e mundial, já fragilizada com o neoliberalismo advindo do fim do conflito leste-oeste.

Nesse contexto, o alinhamento direto aos EUA passou a ser questionado e o Brasil deu início a sua articulação nas relações políticas e diplomáticas com o seu entorno estratégico mais próximo. Dessa forma, a América do Sul ganhou foco na agenda de política externa brasileira.

É a partir dessa lógica que o Brasil consolida como pauta de destaque em sua política externa, o processo de integração e amplia seu papel ,tanto no cenário internacional, como regional, ao tornar-se reconhecido pelos demais governos sul-americanos como um líder continental.

Num primeiro momento, em 1991, é constituído, a partir do Tratado de Assunção, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). A UNASUL, já no século XXI, veio para fortalecer esse ideal, trazendo inovação e grandes desafios para seus membros.

Pode-se perceber que, toda essa aproximação brasileira dos países da América do Sul se valeu dos princípios que Joseph Nye denomina como *Smart Power* – um equilíbrio sadio entre o *Hard* e o *Soft Power*: sua dissuasão natural ao

ser responsável por mais de 57% do investimento em Defesa da América do Sul (gráfico 1), e o poder brando com propostas de ajuda, ao tentar erguer algumas economias nesse período, além da liderança nos processos de integração regional.

Ficou claro, ao longo desse trabalho, o gigantismo brasileiro. A imensidão territorial, a grandeza de seus domínios e as inúmeras riquezas que o Brasil detém, como: petróleo do pré-sal; as reservas de gás natural; o urânio em abundância; os vastos parques de valiosos minérios; as inúmeras terras cultiváveis; a invejável indústria alimentícia; a imensa malha fluvial; as valiosas fontes e recursos energéticos, etc.

Nesse ponto, cabe destaque especial aos recursos hídricos, tanto por suas vastas bacias hidrográficas, quanto por seus dois importantes aquíferos (Alter do Chão e Guarani) – um bem de importância estratégico e vital para a sobrevivência da espécie humana. E todo esse potencial encontra-se dentro do colosso sul-americano.

À luz desses dados, discutiu-se a coerência entre as riquezas que o Brasil possui, com a sua capacidade de Defesa, para se contrapor a inimigos que pudessem cogitar questionar a soberania brasileira sobre esses inúmeros bens valiosos.

De igual forma, também nesse contexto, foram trazidos números e apontadas as riquezas que a América do Sul, como um todo, possui. Destaca-se, a partir de então, mais uma vez, a importância dos processos de integração regional nos anos de 1990 e 2000, liderados, majoritariamente, pelo Brasil. Esses alinhamentos visaram: facilitar o desenvolvimento da região como um todo; diminuir as barreiras alfandegárias; promover um crescimento regional consistente; etc, corroborando para um bloco regional cada vez mais forte e, conseqüentemente, um Brasil forte.

Quanto ao questionamento de como estariam as Forças Armadas, bem como os investimentos em Defesa para a proteção e a garantia dos direitos sobre as riquezas supracitadas, percebe-se, mais uma vez, o direcionamento das atividades das Forças Armadas para finalidades secundárias, missões constitucionalmente subsidiárias, cada vez mais voltadas para questões internas.

Em que pese esse novo contexto mundial de aplicação de poder, com foco mais específico na América do Sul e no Brasil, delimitação desse estudo, aliado ao histórico pacífico brasileiro com o seu entorno estratégico mais próximo, possibilitou concluir que, para tutela de todos os direitos, proteção das riquezas e interesses

nacionais e regionais, não era possível “virar as costas” para o assunto Defesa. A não participação brasileira em guerras, desde o Paraguai (1864), não permite descartar a importância da inclusão, cada vez mais veemente, desse assunto na agenda política brasileira.

Os números trazidos por gráficos e tabelas, oriundos da SIPRI e RESDAL, trazem à tona um Brasil no TOP 15 mundial dos gastos com Defesa. Contudo, ao esmiuçá-los, comparativamente com as nações envolvidas, percebe-se que, mesmo assim, os índices brasileiros não condizem com a sua importância estratégica mundial, a sua importância num cenário americano, com o seu potencial e riquezas existentes no seu solo. Os recursos de relevância estratégica global existentes em território brasileiro impõem, por si só, a necessidade de uma Defesa forte.

E, ainda a respeito dos gastos brasileiros com Defesa, salta aos olhos, ao longo desse estudo, o quanto o Brasil tem direcionado desses gastos para a manutenção e pagamento de pessoal. Restando uma porcentagem muito baixa para pesquisa e desenvolvimento, capitaneados pelos diversos centros de pesquisa, tanto da Marinha, quanto do Exército e da Aeronáutica, em busca de uma independência de tecnologias estrangeiras que, obviamente, coloca o Brasil numa situação estratégica e militarmente desfavorável.

São escassos os recursos injetados na ciência e tecnologia, em busca de meios mais modernos, equipamentos mais evoluídos e um soldado mais bem armado. Isso implicaria numa tropa mobiliada adequadamente e preparada para enfrentar os novos desafios de um mundo globalizado, num contexto de guerras assimétricas, de conflitos com uso de armas NBQR (nuclear, bacteriológica, química e radiológica), de guerras travadas no campo digital e cibernético, capazes de pôr em baixa os sistemas de armas inimigos, do outro lado do mundo.

A necessidade de se rever os gastos exorbitantes com pessoal é extremamente importante para os próximos anos, ao que se almeja de projetos na área cibernética, nuclear e aeroespacial das Forças Armadas.

Outro ponto analisado foi a narrativa a ser propagada para a sociedade civil afim de justificar um incremento no investimento para a Defesa, em detrimento a inúmeras “guerras internas” que o Brasil tem travado atualmente, como o narcotráfico que vem assolando as grandes metrópoles; o baixo policiamento de fronteiras que permite a entrada avassaladora de armamentos e drogas por inúmeras facções criminosas; dentre outras problemáticas.

Dentre todos os entraves enfrentados pelo Brasil, estão a saúde e educação, que se configuram como alicerces para uma grande nação. A saúde encontra-se em situação alarmante, com falta de leitos e medicamentos básicos para um atendimento digno. Uma educação precária, que afeta o sistema como um todo, com jovens analfabetos lançados ao mercado de trabalho sem a especialização e capacidade necessárias para assumir postos que tragam uma renda mínima para sustento de uma família, é, sem sombra de dúvidas, preocupante.

Justificar para a sociedade civil a real necessidade de construção de um submarino nuclear; a importância de caças supersônicos, como o recém adquirido Gripen; os benefícios de um sistema geoestacionário capaz de monitorar a vastidão do território brasileiro, dando olhos às ações da Aeronáutica sobre as fronteiras e sobre a rica e imensa Amazônia; são pontos que precisam ser valorizados pelo governo, através de iniciativas que divulguem, por meio de números, conscientização, informações precisas e comparativas, vídeos educacionais sobre o assunto, veiculados em rede nacional, para mostrar que, apesar da luta interna contra as problemáticas supramencionadas, o investimento em Defesa é o que traz e trará a garantia da soberania do Brasil.

Por fim, pode-se concluir que a discussão contumaz sobre o assunto defesa é vital. O investimento, com sabedoria, nessa área é indispensável e servirá de alicerce para um Brasil do qual todos os seus nacionais terão a orgulhosa certeza de que “um filho teu não foge à luta”

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, S. L. C. Políticas de defesa e orçamentos militares no Cone Sul. In: D'ARAÚJO, M. C.; SOARES, S. A.; MATHIAS, S. K. (Org.). Defesa, segurança internacional e Forças Armadas. Campinas: Mercado de Letras, pp. 101-121, 2008. : Textos selecionados do Primeiro Encontro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa.
- ALMEIDA, Carlos Wellington Leite. Orçamento de Defesa no Brasil: evolução e perspectivas. 2015. Trabalho de Monografia ao CAEPE.
- ALMEIDA, Paulo Roberto. De Integração Regional: uma introdução. São Paulo. Saraiva 2013.
- ALMEIDA, C.W.L. Economia e orçamento para a defesa nacional. *Revista do Tribunal de Contas da União*, Brasília, DF, v. 32, n.90, p.22-32, out./dez. 2001.
- ALMEIDA, Carlos Wellington Leite de. Economia e orçamento para a defesa nacional. *Revista do Tribunal de Contas da União*, Brasília, 2001.
- ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. Alfred Thayer Mahan: o homem. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 129, n. 04/06, p. 147-173, abr./jun. 2009a.
- ALMEIDA, P.R. A OTAN e o Fim da Guerra Fria. *Revista Espaço Acadêmico*, [Maringá], v.1, n.9, Fev. 2002. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/009/09/almeida_otan.htm. Acesso em 10 de agosto de 2019.
- ALSINA JR., J.P.S. *Política externa e política de defesa no Brasil*. Brasília: Editora Câmara dos Deputados, 2006.
- AMARANTE, J. C. A Indústria de Defesa. Juiz de Fora UFJF 2004.
- ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações: os sistemas internacionais. Trad. Sérgio Bath. Brasília, D.F.: Ed. da UNB, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- BARNABÉ, Ismael Roberto, Unasul: Desafios e importância política. *Mural Internacional*, Ano II, n 1, p. 40 – 48. Disponível em: www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/5380/3943 Acessado em: 17 Jul 2019.
- BECKER, Berta. *Geografia: Manual do Candidato*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.
- BERTONHA, J. F. A Estratégia Nacional de Defesa do Brasil e a dos outros BRICS em perspectiva comparada. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 56, v. 2, p. 112- 130, 2013. ISSN 0034-7329. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292013000200007&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 28 jul.2019

BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa – END. Brasília, 2008. Disponível em:

BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa – END. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf> Acessado em 01 nov 2012

BRASIL. Governo Federal. *Base de dados Portal da Transparência*. 2017. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/>. Acesso em: 04 out. 2019.

BRASIL. Lei Complementar no 97, de 09 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm. Acesso em: 27 ago. 2019.

BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional - LBDN. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf> Acessado em 02 ago 2019

BRASIL. Política de Defesa Nacional – PDN. Brasília, 1996.

BRASIL. Política de Defesa Nacional – PDN. Brasília, 2005.

BRASIL. Política Nacional de Defesa – PND. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf> Acessado em 02 ago 2019

BRZEZINSKI, Zbigniew. *El gran tablero mundial: la supremacia estadounidense y sus imperativos geoestratégicos*. Barcelona: Paidós, 1998.

CABRAL, Severino. *Brasil, megaestado: nova ordem mundial multipolar*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2004.

COOPER, David A. R. 1991. “Allied arms cooperation: need for a transatlantic political strategy” NATO Review, 39.

CARMONA, Ronaldo. *O Brasil esboça sua “grande estratégia” – notas sobre a Política, a Estratégia e o Livro Branco de Defesa Nacional*. Revista Princípios, São Paulo, n. 121, out./Nov. 2012

CARMONA, Ronaldo Gomes. Geopolítica Clássica e Geopolítica brasileira contemporânea. Mahan, Mackinder e a “Grande estratégia” do Brasil para o século XXI.

CONCA, K (1997) Manufacturing Insecurity: The rise and fall of Brazil’s Military Industrial Complex.

COSTA, Darc. *Fundamentos para o estudo da estratégia nacional*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.

COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1967.

Defence Economics, 1990, Vol. 1, pp. 3-11.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *O General Meira Mattos e a Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, ESG, 2007.

ESTATÍSTICAS. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

FERNANDES, E. M. G. P. Estatística aplicada. Braga: Universidade do Minho, 1999. Disponível em: <<http://www.norg.uminho.pt/emgpf/documentos/Aplicada.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2019.

FERREIRA VIDIGAL, Armando Amorim. et al. *Amazônia azul: o mar que nos pertence*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

FIGUEIREDO, Afonso. (1999). "Qual a utilidade das Forças Armadas" Revista do Clube Militar, 299.

FIORI, José Luís. Guerra na África é nova corrida imperialista, diz especialista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 abr. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/896777-guerra-na-africa-e-nova-corrida-imperialista-diz-especialista.shtml>>. Acesso em: 04 ago 2019.

GUIMARAES, S. P. Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo de política internacional. Porto Alegre. Ed UFRGS, 1999.

HAKIM, Peter. O Brasil em ascensão: os desafios e as escolhas de uma potencia global emergente. *Política Externa*. Brasília, v.19 de 2010.

HAKIM, Peter (2003 b)A Política sem ânimo. *Política Externa* (São Paulo), v. 12, n. 2, p. 71-84, set.-nov. 2003.

HEYE, Thomas Ferdinand. Os determinantes políticos dos gastos militares no pós-guerra fria. Tese (Doutorado em Ciência Política)- Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 2005.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. (Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1993.

JUNGSMANN, Raul. Aspectos políticos do orçamento de defesa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS (ENEE), 8., 2008, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Universidade da Força Aérea, 2008. Disponível em:<<http://www.unifa.aer.mil.br/enee>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

KENNEDY, Paul (1987)The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000. New York: Random House, 1987. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KENNEDY, Paul (2002)A Manutenção do Poder Americano: Da ferida à recuperação. In:

KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. 2ed, Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KISSINGER, Henry K. (2001 a)Does America need a Foreign Policy. New York: Simon & Schuster, 2001. 318p.

KISSINGER, Henry K. (2001 b) The Pitfalls of Universal Jurisdiction. *Foreign Affairs* (New York) v. 80, n.4, p. 86-96, Jul./Aug. 2001.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva, 2007.

LANGER, Larissa Terra – Regionalismo Latino Americano: O Brasil enquanto futura hegemonia regional. UNISC 2012.

LOCKE. Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos. São Paulo, Martin Claret. 2002.

MAHAN, Alfred Thayer: *The influence of sea power upon history: 1660-1805*. Hong Kong: Prentice-Hall Inc., 1984.

MAQUIAVEL, N. O Príncipe. Rio de Janeiro: L&PM Pocket, 2001.

MEIRA MATTOS, Carlos de. *Geopolítica e modernidade – geopolítica brasileira*.

MONSERRAT, C. El Consejo Suramericano de Defensa: retos en el contexto político regional. In: CONFERENCIA SUBREGIONAL DE DEFENSA Y SEGURIDAD EN UN AMBIENTE POLÍTICO COMPLEJO

MORAES, R F – A inserção externa da indústria de Defesa. 1975 – 2010. IPEA 2012.

NYE Jr. Joseph S. (2002-3) Limits of American Power. *Political Science Quarterly*, v. 117, n. 4, p. 545-59, Win. 2002-03.

NYE Jr. Joseph S. (2006) Transformational Leadership and U.S. Grand Strategy. *Foreign Affairs*, v. 85, n. 4, p.139-48, July-Aug. 2006.

NYE JR. Joseph S. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. São Paulo: Gente editora, 2009.

NYE Jr., Joseph S. (2004d) The decline of America's Soft Power. *Foreign Affairs*, v. 83, n. 3, p. 16-20, May-June 2004.

OLIVEIRA, A. J.; ONUKI, J. Brasil, Mercosul e a Segurança Regional. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 43, n. 2, p. 108-129, 2000. ISSN 0034-7329,

OLIVEIRA, 2015. – O Brasil e a segurança no cone sul no pós-Guerra Fria.

PEDERIVA, J.H. A defesa brasileira e o orçamento. *Security and Defense Studies Review*, v.3, n.2, p.114-134, 2004. Disponível em: <h p://www.ndu.edu/chds/journal>. Acesso em: 20 set 2019.

PIM, J E. – Evolucion del complejo industrial de defensa en Brasil. 2007.

PINTO, Daniele Jacon Ayres. Smart Power: os pilares deste poder na política externa brasileira. 3º Encontro Nacional Abr 2011.

PUGH, Michael. (1994) "combating the arms ploriferation problem: time to embark

on a integrated approach” NATO Review, 42.

PROENÇA Jr., Domício (Orgs.). Brasil e o Mundo: novas visões. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002, 446 p.

R. Esc. Guerra Naval, Rio de Janeiro, v.23 n.1, p. 211 - 238. jan./abr. 2017

RICE, Condoleezza (2001)Promovendo os Interesses Nacionais. Política Externa (São Paulo) v.10, n.1, p. 83-99, jun./ago. 2001.

RICE, Condoleezza (2008)No reason to fear Brazil's Growth, Says Rice. Brazzil-mag.Disponível em: http://www.brazzilmag.com/index1.php?option=com_content&do.pdf Acesso em 03 set 2019.

ROSIÉRE, A.A.C. Alocação de recursos nas Forças Armadas. Oitava rodada de debates. In: PINTO, J.R. de Almeida; ROCHA, A.J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da (Org.). *Desa os na atuação das Forças Armadas*. Brasília, DF: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2005. p.125-136. (Série pensamento brasileiro sobre defesa e segurança. v.4).

SAMPAIO, M. B. Política orçamentária. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1949.

SANTOS, Maria Helena de Castro. – A nova missão das forças armadas latino-americanas no mundo pós-Guerra Fria: o caso Brasil. (2003/2013).

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. Military expenditure database. Estocolmo, 2014. Disponível em: <http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database/milex_database>. Acesso em: 16 out. 2019.

SCHULTE, J Gregory L (1993). NATO's Nuclear forces in a changing wolrd.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

VEDOVATO, Ana Luiza. Protagonismo econômico do Brasil: o dilema entre a participação econômica nos BRICS e a sua dinâmica nos blocos regionais (MERCOSUL e Unasul).

VICENTINI, Gilberto F. (1998)O Brasil como Potência Média: Possibilidades de ação internacional. In: Ricardo SENNES (Org.) O Brasil e a Política Internacional. São Paulo: IDESP, 1998. p. 25-32.

VIEIRA, L.C.F. Comportamento histórico do orçamento e os seus reflexos na gestão dos recursos no âmbito das forças armadas. 2010. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia)–Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2010.

VILLA, R.D. Corrida armamentista ou modernização de armamentos na América do Sul: estudo comparativo dos gastos militares. *Estudos e cenários*, dez. 2008. Disponível em: <[h p://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/estudos/8_estudose-cenarios_2008-12%20-](http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/estudos/8_estudose-cenarios_2008-12%20-)

%20Estudos_Villa.pdf>. Acesso em: 14 set. 2019.

ZAVERUCHA, J.; REZENDE, F. Measuring civilian control over the military fiscus: Brazil, Argentina, Chile and Uruguay in comparative perspective (1990-2008). Ankara: Bilkent University, 2011. Documento apresentado no IPSA Research Committee on Armed Forces and Society Triennial Conference, Armed forces and society: new domestic and international challenges.

KANT, Immanuel. *À paz perpétua*. Porto Alegre: L&PM Editora, 2008.

_____. A história segundo Alfred Thayer Mahan. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 129, n. 07/09, jul./set. 2009b.

_____. Alfred Mahan e os elementos do poder marítimo. *Revista Marítima*

_____. Alfred Thayer Mahan e a Geopolítica. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 130, n. 04/06, abr./jun. 2010.

_____. Alfred Thayer Mahan e os princípios da Estratégia Naval. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 130, n. 01/03, jan./mar. 2010.

_____. Crises e conflitos num mundo em transição. *Revista Princípios*, São Paulo, n. 98, out./nov. 2008b.

_____. Desafios e dilemas na política externa brasileira. *Revista Princípios*, São Paulo, n. 108, p.58-64, jul./ago. 2010b.

_____. *Estratégia Nacional: A cooperação sul-americana como caminho para a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora L&PM Editores, 2003.

_____. *Formação social Brasileira: uma introdução ao debate*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Sociologia e Política) - Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. O Alvorecer do Século XXI e a Ciência & Tecnologia nas Forças Armadas. *A Defesa Nacional*, v. 794, p. 50-71, 2002.

_____. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. *O surgimento do Conselho de Defesa Sul-americano: relevante novidade para os estudos estratégicos contemporâneos*. São Paulo, 2010a.

_____. Reações ao protagonismo brasileiro e a união sul-americana. *Revista Princípios*, São Paulo, n. 104, p.69-75, nov./dez. 2009.

_____. *Revisitando a teoria geopolítica clássica: permanências e discontinuidades em Mahan e Mackinder*. São Paulo, 2011.

_____. *Transparência e controle na gestão da defesa. Teoria e Pesquisa*. 2005.

_____. Tribunal de Contas da União. Relatório e parecer prévio sobre as contas do Governo da República: Exercícios 2007-2014. Brasília, DF, 2008-2014.

<http://www.casacivil.gov.br/> Acessado em 01 out 2019 BRASIL. Doutrina Militar de Defesa. Brasília, 2007.

http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf Acessado em 01 out 2019

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm
Acessado em 01 out 2019